



**Histórias de Vida de Reclusos: o Portefólio Reflexivo de Aprendizagem como
Compromisso e Instrumento de Transformação e (Re)construção Identitária.**

Dissertação de Mestrado

Em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Cristiana Brígida Agreiro Ferreira

Orientador da Dissertação:

Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira

Setembro de 2023

Resumo

Focando o estudo desta dissertação na importância da (re)construção identitária dos reclusos, o objetivo do presente estudo é analisar o impacto do relato autobiográfico durante a frequência do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências nas mutações verificadas na percepção que os reclusos têm de si próprios ao longo do seu percurso de reclusão. Com base na análise das histórias de vida e entrevistas, pretende-se, ainda, perceber a forma como estes assumem todo o Processo como um compromisso para essa transformação.

O presente estudo pretende alcançar resposta para as seguintes interrogações: Será o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens uma forma de atribuir um caminho para o futuro? Será este processo indicado para a reflexão e emancipação do indivíduo? De que forma lhes traz o processo RVCC, na escrita do seu Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, uma nova construção da sua identidade e os transforma para as fases seguintes nas suas vidas em liberdade? De que forma o mediador é uma mais-valia para a emancipação do indivíduo?

Analisaram-se características, vivências e experiências, aspetos que são drasticamente afetados e alterados após a entrada no mundo prisional, promovendo várias mudanças significativas. Realizou-se observação participante e construiu-se, com os reclusos, mini histórias de vida (Vieira, 1999) através de entrevistas, no final do processo. Concluiu-se que o cumprimento da pena de prisão, juntamente com o poder deste processo de RVCC no formato de escrita de história de vida, foi muito impactante para estes adultos, sobretudo no que respeita à sua auto percepção e à autoidentificação, numa dimensão pessoal, profissional ou familiar. Por último, com este estudo foi possível compreender que a identidade é construída e modificada num processo dinâmico, verificando-se que no relato de história de vida acontece um novo encontro com o eu interior que impacta num novo significado que atribui a si próprio.

Palavras-Chave: Certificação e Validação de Competências; Histórias de Vida; Identidade; (Re)construção; Mediação Intercultural; Portefólio Reflexivo de Aprendizagens; Processo Reconhecimento; Transformação.

Abstract

Focusing on the importance of the (re)construction of prisoners' identities, the aim of this study is to analyze the impact of the autobiographical account during the Skills Recognition, Validation and Certification process on the changes in prisoners' perceptions of themselves during their incarceration. Based on the analysis of life stories and interviews, the aim is also to understand how they see the whole process as a commitment to transformation.

This study aims to answer the following questions: Is the Reflective Learning Portfolio a way to set a course for the future? Is this process conducive to individual reflection and emancipation? In what way does the RVCC process, in the writing of their Reflective Learning Portfolio, give them a new construction of their identity and transform them for the next stages of their life in freedom? In what way is the mediator an asset for the emancipation of the individual?

Characteristics, lives and experiences were analyzed. These aspects are drastically affected and changed after entering the prison world, leading to a number of significant changes. Participant observation and reading of life stories were conducted. Interviews were also conducted at the end of the process, where it was concluded that serving a prison sentence together with the power of this RVCC process in the form of life story writing was very impactful for these adults, especially in terms of their self-perception and self-identification, in a personal, professional or family dimension. Finally, this study has confirmed that identity is formed and modified in a dynamic process, and that life story writing brings about a new encounter with the inner self, which has an impact on the new meaning one attributes to oneself.

Keywords: Certification and Validation of Competences; Life Stories; Identity; (Re)construction; Intercultural Mediation; Reflective Learning Portfolio; Recognition Process; Transformation.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Vieira, por me ter acolhido neste trabalho, que muitas vezes me fez questionar e refletir.

Aos adultos envolvidos neste estudo e outros mais, que me dão motivação diária para continuar a lutar pela reintegração em que acredito.

Ao Centro Protocolar da Justiça, colegas e coordenador por toda a motivação e ajuda.

Ao Estabelecimento Prisional de Elvas, pela oportunidade de trabalhar com os adultos.

Aos meus pais, irmão e avó pelo amor incondicional e apoio.

Ao Rodrigo, companheiro de todas as horas, por me ter sempre dado a motivação necessária.

Ao meu filho que está a chegar pelo fortalecimento no término desta pesquisa.

À minha família pela motivação constante.

Obrigado a todos os que de alguma forma, foram pilares durante todo este tempo, que me escutaram e motivaram para alcançar os meus objetivos.

Índice

Resumo	2
Agradecimentos	4
1. Introdução	7
2. Enquadramento Teórico	9
2.1. Reclusão e Identidade: Reconstruindo o Eu identitário	9
2.2. A Mediação Intercultural, a (Trans)formação e a (Re)construção de Identidades	14
2.3. Reinserção Social: Prática ou Política	18
2.3.1. Reinserção Social aos olhos de um recluso	20
2.4. Plano Individual de Readaptação	23
3. Reeducação e Reconstrução identitária no Estabelecimento Prisional de Elvas. 27	
3.1. Paradigmas e Metodologia de Investigação	27
3.2. Centro Qualifica - Centro Protocolar da Justiça	31
3.3. Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.....	32
3.4. Histórias e Projetos: O Portefólio e a Vida.....	34
3.5. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens: Uma Ferramenta para o Desenvolvimento do Processo de Aprendizagem.....	38
3.6. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens e a Mediação	40
4. Vivendo e Convivendo no Estabelecimento Prisional de Elvas.....	43
4.1. O Estabelecimento Prisional de Elvas	43
4.2. A Construção Social do Recluso: Estereótipos, Preconceitos e Realidades.....	45
5. Testemunhos e Análise de Resultados.....	47
6. Conclusão	54
Bibliografia.....	60
ANEXOS	62

Siglas

DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EFA - Educação e Formação de Adultos

EP's - Estabelecimentos Prisionais

FMC - Formação Modular Certificada

LC - Liberdade Condicional

LSJ - Licença de Saída Jurisdicional

LSCD - Licença de Saída de Curta Duração

PIR - Plano Individual de Readaptação

PRA - Portefólio Reflexivo de Aprendizagens

RAE - Regime Aberto no Exterior

RAI - Regime Aberto no Interior

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

1. Introdução

Urge a necessidade de um olhar biográfico metodologicamente utilizado para construir a realidade de cada um, capacitando o indivíduo a falar sobre a própria vida, bem como a encará-la de forma diferente como processo de aceitação. Tratar-se-á, assim, da história de vida de cada um dos intervenientes, criando condições para a sua própria construção como atores e autores das suas próprias vidas, de forma reflexiva e criativa.

Com objetivo de libertar estes autores de rótulos e classificações tiranas, dado que se encontram em reclusão e visto que, a sua história são eles próprios, os lugares por onde passaram e a bagagem social, cultural e pessoal que trazem com eles (Goffman, 2019). Cada pedaço da sua história é parte de um processo de aceitação, compromisso e transformação, sendo que são, sempre, histórias únicas de cada forma de vida, nunca podendo ser isoladas ou isoláveis, desta forma este olhar biográfico contribui para a captação das várias culturas adquiridas ao longo da vida. Trata-se assim de um olhar profundo, sobre si mesmo, sobre o passado, o presente e o futuro.

A partir da segunda metade do século XVIII, a pena de prisão ganhou um certo destaque, sendo que até então a prisão era um local precário, somente vista como o local onde os transgressores aguardavam a verdadeira pena, que dada a altura passariam por castigos patrimoniais e corporais. Aquando do código penal em 1852, a criminalidade passou a ser vista como um problema social sendo que se começaram a criar medidas para o combate da marginalidade. Dado que, no início a prisão somente servia para punir o detido e proteger a sociedade, com o passar do tempo passou a ter também um papel emancipador na vida do recluso, reconstruindo o seu comportamento e objetivando a sua própria reflexão sobre o delito cometido bem como sob as consequências dos seus atos. Desta forma, passou a ser credível a reclusão como um espaço de reflexão, onde a privação de liberdade trará a regeneração do sujeito durante o tempo que terá de cumprir a pena.

No sentido de preparar os reclusos para a reintegração na sociedade, em 2009 foi criado o Plano Individual de Readaptação (PIR), objetivando orientar o percurso no seu processo de reinserção. O PIR, tem como intuito preparar o sujeito para a liberdade, instituindo as atividades e medidas apropriadas ao procedimento prisional do recluso, principalmente na formação, no ensino, no trabalho, comportamento, atividades, entre outras.

Muitas vezes, o PIR leva os indivíduos até ao Processo de Validação e Certificação de Competências, de forma a promover o aumento da sua escolaridade, verificando um impacto posterior deste processo na promoção da sua transformação identitária e na resolução de conflitos interpessoais e intrapessoais.

O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, é consubstanciado através de um portefólio reflexivo de aprendizagens, no qual o adulto relata as suas competências adquiridas ao longo da vida. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens desempenha um papel fundamental nesse processo, pois permite ao indivíduo refletir sobre suas experiências, identificar as suas competências e evidenciar as suas aprendizagens, e organizá-las de forma coerente e estruturada.

Com o objetivo claro de compreender o PRA (Portefólio Reflexivo de Aprendizagens), como um compromisso e instrumento de transformação identitária, apoiando-se numa investigação qualitativa, com uma metodologia etnográfica, pretende verificar-se de que forma esta abordagem interfere na transformação da identidade dos indivíduos ao longo do tempo.

Assim, explorando o conceito de Portefólio Reflexivo de Aprendizagem, pretende-se analisar se o mesmo pode, ou não, funcionar como um instrumento de transformação identitária, considerando a reflexão e autorreflexão crítica exigida durante o processo de RVCC e que pode levar a mudanças na perceção de si mesmo, conduzindo à construção de uma identidade mais autêntica e à ampliação das possibilidades de desenvolvimento, tanto a nível pessoal como profissional, sendo este o foco da presente investigação.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Reclusão e Identidade: Reconstruindo o Eu identitário

Define-se, geralmente, a noção do sujeito social como o espelho de cada um, onde raramente existe preocupação em definir este termo, quase como se houvesse sempre um consenso desta noção bem como a compreensão do seu significado. Muitas vezes, tomamos o sinónimo de individuo como definição de sujeito, o que não é correto. Compreende-se o sujeito como um ser social, que faz trocas diárias de experiências, aberto ao mundo, movido por vontades, desejos e as suas próprias histórias, o sujeito interage com outros sujeitos, ocupa determinados lugares sociais e encontra-se em constante relação com o outro. Cada sujeito tem a sua história, vê o mundo de forma diferente e ocupa a sua posição nele, nenhum sujeito é igual a outro, cada sujeito é singular e único.

Desta forma, verificamos que, como espécie humana, todos os seres se comparam, no entanto, é sempre diferente de todos como um sujeito singular. Assim o sujeito, este ser social, não é um dado adquirido, mas sim uma construção, um processo de transformação constante e feito pelo próprio. Por hábito, numa tentativa de conhecer o outro, com quem interagimos, questionamos a sua identidade, numa busca incessante de saber do outro, aprender com o outro e interagir com o outro.

Goffman (1993) refere que, quando existe o surgimento de um novo individuo na presença de outros, é habitual obter informações sobre este ou recorrer a informações que já possuam a seu respeito, existe então um interesse maior acerca do seu estatuto socioeconómico, pelo que o sujeito pensa de si e pelas suas atitudes, competências, etc. A identidade, forma-se então quando nos relacionamos com a sociedade envolvente, quando descobrimos o nosso eu interior, estamos constantemente em trocas (ainda que nem reparemos) com o outro, a interação faz com que adquiramos para o nosso eu, valores, sentimentos e aprendizagens.

A identidade pode ser compreendida como a síntese dos sentimentos e conceções que um indivíduo tem sobre si mesmo, provenientes das suas representações sociais. Ela é moldada, confirmada e modificada num processo dinâmico, sendo atualizada a cada interação social. Como os seres humanos são por natureza sociais, a compreensão individual da identidade está, intrinsecamente, ligada ao contexto histórico. A identidade é, de facto, uma construção social, uma vez que o ambiente não apenas influencia, mas também constitui a identidade. Além disso, o interacionismo simbólico e Goffman (1993)

deram grande atenção à identidade, destacando a importância da interação no processo de sua formação.

Compreende-se a identidade como as características exclusivas de cada um, num processo complexo onde ao absorvermos tanta informação diferente, tanto social como culturalmente e as adquirirmos para nós, compreendendo a diferença entre o certo e o errado e retirando para o nosso eu o que mais nos faz sentido e apraz. Cada um, é singular, tem as suas formas de pensar, agir e de estar na sociedade e é este processo idiossincrático que nos torna seres individuais e díspares uns dos outros. Compreende-se que vivemos diariamente entre vários mundos, onde dentro deles temos de nos adaptar a várias culturas e a várias sociedades em constante mudança.

“Porventura, não somos apenas uma única coisa facilmente definível e não somos apenas de um sítio, de um lugar. Não nos sentimos de uma única terra; vivemos em mais que um lugar. Por isso estamos; isso sim, verdadeiramente não somos. Em vez de sermos, estamos. Estamos em trânsito. Estamos sendo” (Vieira R. , 2009, p. 12). Estamos em constante interação e mudança, estas reciprocamente agem umas com e para as outras, moldando cada sujeito às exposições e interações com as várias culturas e identidades. “Ou seja, ao mesmo tempo que o eu se projeta nas identidades culturais, absorve os seus significados e valores, tornando-os parte desse eu, o que permite conciliar os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupa no mundo social e cultural” (Vieira R. , 2009, p. 47).

Ao darmos significado à nossa própria existência, complementando as nossas experiências passadas com as do presente no sentido de reconstruir constantemente o futuro, vamos construindo dia-a-dia a nossa identidade. Nunca podemos dizer, eu sou, mas sim eu vou sendo, adquirindo diariamente para a construção do meu eu. É assim uma ininterrupta definição de si próprio, que nos faz descobrir que muitas vezes, quem somos e o que queremos hoje, não é igual ao que fomos e quisemos ontem, nem vai ser igual ao que vamos e queremos ser amanhã.

Estamos numa reconstrução permanente, uma metamorfose constante, onde levamos as novas vivências e aprendizagens deixando, ou não, de parte as antigas, podendo assim identificar duas formas de construção do sujeito, numa delas existe a aceitação de uma nova cultura, negando a sua cultura de origem, desta forma o sujeito reconstrói a sua cultura, assumindo nova cultura como sua e deixando para trás todos os valores e aprendizagens da antiga, assumindo quase que nunca conheceu outra cultura diferente, esquecendo completamente a sua cultura de origem.

Podemos transpor margens que separam a cultura de origem da cultura de chegada negando a primeira. É o que fazem aqueles que designo de “oblatos” (Vieira R. , 2009, p. 39).

Já o trãnsfuga intercultural, tão bem denominado, acontece quando o sujeito recebe e aceita a nova cultura, sem nunca esquecer ou deixar para trás a sua cultura de origem. Aceitando os novos conhecimentos e misturando-os com os que já possuía de forma a retirar o melhor proveito das duas culturas, autorreconstruindo-se e transformando o seu eu num novo eu, com mais informações, conhecimentos, valores e cultura. Assim e assumindo as duas culturas, constrói a sua identidade pessoal, social e cultural de forma mestiça e única. Existe então uma metamorfose cultural.

Falaremos daqui para a frente no individuo em reclusão como um internado, sendo que, a sociedade vê ainda hoje este como alguém desprezível, alguém que não queremos por perto ou que não merece novas oportunidades encarcerado dentro de instituições totais, como Goffman (2019, p. 11) a categoriza “ Uma Instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”, desta forma, não deve ser esquecido que qualquer sujeito é um sujeito único e o seu eu, é metamorfoseado consoante as suas vivências e a sua cultura de partida (Vieira R. , 2009).

O sujeito social está em constante transformação, perante as suas vivências, as suas aprendizagens, a sua bagagem social e cultural. Rebuscando de novo a pessoa em reclusão, devemos referir-nos de que forma? Como um sujeito social, está claro. Alguém que pelas suas vivências, pelos locais onde passou, continua, como todos nós ainda, numa transformação constante com a sua identidade em trãnsito, à procura do seu eu.

Revela-se ainda, uma abordagem do seu “eu” quase como se de repente se tratasse a mudança, aquando da entrada na instituição total quase como uma imposição da sua parte para uma realidade que se avizinha e que, dificilmente, não será mutável intrinsecamente. O sujeito é despido das suas disposições sociais que havia construído até então e depara-se com uma realidade completamente paralela, onde “Na linguagem exata de algumas das nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é

sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (Goffman, 2019, p. 24).

Desta forma, denota-se que o momento de entrada em reclusão, momento em que existe uma interrupção entre o sujeito e o mundo exterior, se assinala como a primeira mutilação do eu. Para além destes, o despir das suas roupas e da sua identidade (sendo que muitas vezes, o sujeito em reclusão continua a ser reconhecido com um número), ficando este momento quase que uma despedida de um antigo eu e um recomeço para o que se segue sendo que se verifica, desde logo, uma grande supressão do seu eu. Assim, “o individuo, precisa de um “estojo de identidade” para o controlo da sua aparência pessoal” (Goffman, 2019, p. 28).

Assegura-se, portanto, uma primeira rutura profunda com os papéis que o sujeito desempenhava, bem como, uma avaliação da perda dos mesmos. Papéis estes que muitas vezes, aquando da privação de liberdade são irrecuperáveis, como muitas vezes se torna exemplo o crescimento dos filhos ou o seu casamento e é nesta fase que o mesmo descobre que perdeu alguns dos seus papéis devido ao que o separa do mundo exterior.

Pensamos desta forma na identidade como um projeto, projeto este que se está diariamente a construir, efetivamente sempre com as aprendizagens passadas, demarcadas na decisão que é tomada no futuro.

Tomamos consciência das interações entre o eu e o outro, construindo cada um, a sua própria identidade aquando da interação com o outro. Desta forma, observamos uma construção e reconstrução do eu, diária. Desta forma, a abordagem ao recluso nesta dissertação, será focada da sua construção e reconstrução, com ajuda da sua própria história e projetos de vida, caminhando lado a lado com quem aceita estas mudanças e visualiza futuro em cada um. “As histórias de vida não são mero passado. São processos históricos, na aceção plena da palavra” (Vieira R., 2009, p. 16).

Assim, a identidade é algo que não se manifesta como uma entidade fixa, mas sim como um processo em que somos guiados para uma negociação interna (subjéctiva) ou externa (objéctiva) por meio do reconhecimento, valorização, confirmação ou (des)confirmação por parte dos outros, resultando nas configurações identitárias que adotamos. A perda de uma identidade social específica, tal como a identidade profissional (sendo um bombeiro, agente, professor, etc.), tem consequências profundas na forma como nos percebemos e percebemos os outros. Isso impulsiona a construir uma nova narrativa de vida, estabelecer novas relações sociais e influenciar a base ou fundação da

nossa individualidade. Certas características podem persistir, mas outras emergirão e algumas desaparecerão definitivamente.

O "eu" que existia anteriormente cederia lugar a um novo "eu". Isso também implica a perda de uma parte significativa das relações sociais, especialmente com certos grupos de referência e pertencimento. Se o percurso de vida envolvesse uma mudança profissional drástica, seria necessário integrar-se em novos grupos, assumir novos papéis, incorporar novas narrativas e reinterpretá-las de acordo com novos contextos, resultando assim numa reconstrução da identidade.

Desta forma, sabemos que o modo como uma pessoa age em qualquer sociedade é influenciado pelos padrões culturais, que são essencialmente as maneiras pelas quais a sociedade aprova ou desaprova as ações individuais. É importante que a pessoa detida seja orientada para ser parte ativa do seu próprio processo de reconstrução e transformação enquanto está na prisão. Isso implica assumir a responsabilidade pelos seus atos e comportamentos, procurando evitar reincidência e diligenciando uma reintegração bem-sucedida na sociedade. O recluso não deve adotar uma postura passiva durante a sua caminhada de transformação, mas sim adotar uma abordagem ativa na resolução dos seus problemas, devendo tornar-se protagonista do seu próprio comportamento, fazendo escolhas conscientes e voluntárias em relação às alternativas que considerar mais benéficas para o seu percurso de transformação.

2.2. A Mediação Intercultural, a (Trans)formação e a (Re)construção de Identidades

A mediação não é uma abordagem recente; tem raízes antigas e sempre foi empregue quando surgiram necessidades de resolver conflitos ou desentendimentos, buscando reconciliação diante da discórdia. O papel do mediador entra em cena nessas situações. Os primeiros registos documentados da prática de mediação datam da antiguidade, com mais de quatro mil anos de história, originando-se na Mesopotâmia (Torremorell, 2008). A mediação não se limita apenas à resolução de conflitos ou à negociação; embora possa estar presente em áreas como política, direito, negócios, família, educação, cultura, e muitas outras, reduzi-la unicamente a esses âmbitos seria uma visão muito simplista.

Reconhecemos a presença da mediação intercultural na presente investigação, na análise à transformação identitária do público-alvo e ao nível investigativo como uma filosofia de compreensão, adotada ao longo da investigação.

Importa, começar por falar sobre inclusão social, que se compreende como o processo que visa melhorar a participação na sociedade de pessoas mais vulneráveis, através de acesso a recursos, oportunidades e de respeito, esta inclusão deve ser compreendida numa perspectiva holística. É então crucial eliminar estereótipos, refletindo acerca das metamorfoses de cada um bem como das várias etapas de vida que cada um atravessa.

A inclusão social, faz com que o sujeito tenha outra esperança na sua transformação, faz com que o sujeito acredite nele próprio e na sua emancipação. Vivemos, ainda hoje, numa sociedade concebida por estereótipos, pela imagem, pela riqueza, pela sua posição social e cultural, o que coloca uma grande pressão a quem não tem possibilidades ou até mesmo a quem cometeu erros e está, de alguma forma, a tentar remediá-los.

Quando a sociedade não aceita o sujeito, falamos de uma exclusão social, que muitas vezes é considerada como uma punição pela sociedade. Com a exclusão a ser parte integrante do dia-a-dia como um fenómeno psicossociocultural pesado e triste para quem o sente, é importante que exista uma mediação como processo basilar na (re)construção tanto do próprio sujeito, como dos laços que estabelece com os seus projetos de vida, trabalhando essencialmente na transformação e prevenção do sujeito.

A construção da identidade, permite dar um significado à própria existência, sendo que este que pretende ser coerente e consistente, tomando as experiências passadas e presentes, objetivando dar um sentido ao futuro, numa constante procura de si próprio, quem sou e o que sou, o que faço e o que quero fazer e ser, qual o papel que pretendo

representar e quais os projetos que pretendo desenvolver no futuro. Todo este processo, denota-se difícil e nem sempre as respostas são imediatas, pois, a identidade é bastante complexa, sendo uma (re)construção permanente, ao interagir com os outros, o sujeito encontra-se numa constante metamorfose do seu eu.

Sabe-se, que todas as vivências que passamos, vão marcando de alguma forma o trajeto da nossa vida, desde a infância até à idade adulta, todas as recordações, pessoas, situações, seja de forma positiva ou negativa, marcam e fazem parte da nossa história.

Considerando a arte de mediar, como um potencial de emancipação e transformação, assumindo um papel criativo evidencia-se a necessidade de uma terceira pessoa, alguém neutra e mediadora. Auxilia então, o mediador, no processo de transformação e (re)construção identitária do sujeito, na regeneração e manutenção de pontes entre o eu interior e a sociedade em que o sujeito se insere, fortalecendo a sua própria emancipação com a resolução dos seus próprios conflitos.

“Na mediação entre diferentes valores culturais, o trabalhador social e o educador emergem como mediadores entre os grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, apoiando-se numa hermenêutica multitópica com vista à concretização dos direitos e dos interesses dos grupos e sujeitos em causa na interação. A finalidade do processo de mediação é buscar a autonomia desses grupos e pessoas, o tão referido, hoje, empowerment” (Vieira, et al., 2016, p. 27).

Compreende-se que a mediação assente numa filosofia hermenêutica, não a utilizando somente no fim da linha, pressupõe o olhar dos indivíduos envolvidos bem como todo o envolvente das margens do rio que são caracterizadas pelas diferenças e mutações culturais. Desta forma e objetivando a interação entre pessoas e culturas, está presente uma filosofia que se espelha através da comunicação intercultural e interpessoal.

Portanto, a intervenção do mediador “...deverá ser entendida numa posição de igual para igual, sem hierarquias de culturas dominantes e dominadas, sem reducionismos ou permissões.” (Matias & Vieira, 2018, p. 34)

Revela-se então que, mediar no seu sentido etimológico nos leva a estar dentro, mas fora, para mediar e intervir, estar entre os conflitos e o sujeito, sempre com a distância necessária para conseguir um olhar holístico, não fragmentando processos. Assim, considera-se o mediador alguém com valores, honesto, respeitoso e com sentido de

compromisso, para que este disponha de ferramentas que lhe possibilitem construir laços e dar ferramentas ao sujeito para que faça as suas próprias construções e escolhas.

“Não se considera que a finalidade dos processos mediadores consista em chegar a um acordo, mas valoriza-se, principalmente, o exercício das capacidades de decisão dos protagonistas a quem o mediador apenas presta assistência” (Torremorell, 2008, p. 39; Granja, 2018).

Na investigação que se segue, observamos o indivíduo recluso num processo de aceitação, (re)construção e construção da sua história de vida, segundo um Plano de Readaptação e fazendo uma introspeção do passado e desenhando um plano para o futuro. Sabe-se que todo este processo, não se prende somente no trabalho feito pelo sujeito em privação de liberdade, mas também, por parte da sociedade. Assim, considera-se a mediação como um sistema condescendente nas transformações identitárias. Todo o processo e todas as escolhas tomadas pelo recluso podem ser mediadas por uma terceira pessoa, fazendo com que esta o compreenda, estando dentro e fora, mas levando a uma transformação de ambas as partes.

Segundo Torremorell (2008), os sujeitos são levados a ouvirem-se e a compreenderem-se, procurando necessidades que sejam mútuas, isto é, melhorar as relações e trabalhar conjuntamente na procura de soluções para problemas partilhados.

A mediação, tem então um papel transformador na vida do mediando, possibilitando que este se (re)construa e que retome/continue a sua trajetória de vida, dando continuidade às suas histórias e projetos de vida. Portanto, reconhecer o potencial educacional da mediação leva a uma mudança social passando por uma reeducação dos indivíduos envolvidos.

“Falar de mediação intercultural é admitir que terá que haver transformações das partes envolvidas, e termos de atitudes, comportamentos, representações e ações, por forma a se encontrarem plataformas de entendimento que não são pontos aritméticos fixos, mas antes, terceiros lugares móveis, consoante as temáticas e acordos em discussão” (Vieira & Vieira, 2016, p. 38).

Assim, a transformação da identidade frequentemente enfrenta conflitos, tanto internamente como com a própria sociedade e nesse processo, a mediação torna-se uma ferramenta vital neste trabalho. Portanto, concorda-se com a visão de que a demanda por mediação intercultural não se limita a situações de diversidade cultural proeminente, mas sim estende-se a diferentes contextos socioculturais, sempre que a transformação do indivíduo e das culturas em questão esteja em jogo.

2.3. Reinserção Social: Prática ou Política

Reflete-se acerca da reinserção social, enquanto processo pelo qual o indivíduo que fora privado de liberdade e da participação na sociedade, tenta novamente fazer parte da comunidade em que está/estava inserido. Denota-se como um processo sistemático que procura modificar e corrigir todos os elementos que possam ter contribuído para a perda da sua liberdade. Esta ressocialização objetiva-se na prevenção da sua recorrência, bem como a sua reabilitação diligenciada na sociedade na busca de correção de erros que o levaram ao delito. Determina-se como um último objetivo no trabalho dentro dos Estabelecimentos Prisionais, todavia, não deverá ser visto como uma check-list de saída para a realidade da sociedade. Referimo-nos a esta doutrina (re)socializadora como, o período de aprendizagem, ainda que em privação da liberdade, de competências pessoais, sociais, profissionais em comunhão com aprendizagens educativas, económicas, de valores, responsabilidades e respeito por si e pelos outros. Construindo no seu próprio indivíduo hábitos e novas formas de garantir um lugar na sociedade.

Assim, “... a ressocialização, enquanto trabalho de remodelação do indivíduo associal que o preparará para a reinserção, sendo que esta por seu turno lhe garantirá um lugar na sociedade”. Adotou-se uma “perspetiva abrangente, que implica no mesmo processo de socialização o delincente, o Estado e toda a sociedade” (Rocha, 2005, p. 251).

Com vista na promoção do sentido de responsabilidade do recluso ao estimular a participação na planificação e concretização do seu tratamento prisional bem como no processo de reinserção social, através de formação, trabalho e ensino. Desta forma, o tratamento prisional abrange as atividades e programas de reinserção social na preparação do recluso para a liberdade, desenvolvendo a sua responsabilidade e aquisição de competências para que possam, daí em diante, optar por um modo de vida responsável e sem crimes, para que viva socialmente responsável após a sua saída em liberdade.

A Direção Geral de Inserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP), determina-se por um conjunto de órgãos que operam na execução de penas e medidas que privam os indivíduos da sua liberdade, sendo que, terá como garantido o cumprimento de pena e formação de condições para que seja possível a reinserção social dos reclusos. Desta forma, garante-se o procedimento penitenciário como um conjunto de normas jurídico-

legais dos quais vigoram na administração penitenciária e tendo em conta a medida de duração da pena, as condições do próprio estabelecimento prisional e as competências do recluso, de forma a construir-se um percurso adaptado às condições anteriormente referidas, para que o indivíduo consiga a sua reinserção na sociedade provido de um comportamento responsável e apropriado e retirando-o do mundo criminal.

Tendo em conta que a reinserção social é o propósito principal no cumprimento de uma pena, denota-se não só bastante castigadora, mas principalmente terapêutica no indivíduo que está a cumprir a mesma, na esperança de ajustar o recluso à sociedade envolvente e para que ele possa ser livre e viver conforme as normas em vigor. Nesta tentativa de readaptação do indivíduo à sociedade, surgem cada vez mais ideias para que seja possível este contacto direto com o mundo lá fora, assim começam cada vez mais a existir, como é o exemplo, RAVE, ou seja, Regime Aberto Voltado para o Exterior, onde existe a possibilidade de serem colocados no mundo livre, em trabalho ou estudo. Este e outros regimes, são bastantes vezes colocados em prática para ocupação laboral dos reclusos, concedendo-lhes novas responsabilidades e motivação, pelo que, projetos destes foram aceites da melhor forma. Tal como este regime, existem dentro de alguns processos e cursos, projetos que visam a emancipação do adulto bem como lhes conferem autonomia e reflexão acerca do seu passado, presente e futuro.

Assim, refletir-se-á acerca do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA), em conjunto com instrumentos de escrita de história e projeto de vida na introdução do Processo RVCC (Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), extremamente utilizado no meio penitencial como um processo de atribuição de habilitações escolares e de transformação identitária.

Durante o Processo de RVCC, no qual é encarado um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, o recluso José (nome fictício), quis partilhar a sua visão e reflexão acerca da reinserção do recluso na sociedade. A dúvida mantém-se, haverá ou não, reinserção?

2.3.1. Reinserção Social aos olhos de um recluso

A reinserção nas cadeias contada pela minha experiência, adquirida infelizmente por ter cometido más escolhas ao longo da vida o que me fez vir parar a um estabelecimento prisional português, que é muito diferente dos sistemas prisionais europeus, diria até que um dos piores sistemas prisionais de toda a Europa tanto a nível da reinserção social, como a nível do próprio sistema judicial, do tamanho das penas e até onde os estabelecimentos prisionais têm muita falta de condições básicas para se poder viver com o mínimo de dignidade, em vez de usarem os fundos europeus em reabilitar as prisões portuguesas e criar condições para poder reabilitar a população reclusa, somos um país que infelizmente prefere pagar multas à comunidade europeia por falta de condições nas prisões portuguesas em vez de usarem esse dinheiro em a reabilitar as mesmas.

Na minha ótica, a reinserção social no EP onde me encontro está em pouca coisa, tive a sorte de ingressar no Processo RVCC, o único processo que efetivamente luta pelo recluso e tenta a sua transformação e reinserção. Portugal deveria olhar mais para as boas práticas do resto dos países europeus, tais como a Noruega, que devido às suas boas práticas de reinserção social tem uma taxa de reincidência de apenas 20% e é a mais baixa do mundo, ainda temos muito a aprender e poderia fazer-se muito mais pela população reclusa em Portugal, como por exemplo, os reclusos que trabalham deveriam ter acesso a um ordenado mínimo nacional para se puderem governar no estabelecimento prisional e também poderem ajudar a família que por vezes passam necessidades, terem mais regalias no que toca à sua pena pelo bom comportamento e pelo trabalho prestado ao estabelecimento prisional, e com esse ordenado ao longo dos anos em que o recluso estivesse detido conseguia juntar dinheiro suficiente para quando saísse poder recomeçar a sua vida dentro da sociedade e não sair com uma mão à frente e outra atrás. Um ordenado decente a um recluso trabalhador é um modo de reinserção dentro e fora do estabelecimento prisional até porque são os reclusos que são o pulmão do estabelecimento prisional, são os reclusos que cozinham, limpam, arranjam os veículos, fazem as próprias obras desde pintar, tratar das canalizações, arranjar seja o que for do estabelecimento prisional.

O recluso é o chamado “pau para toda a obra” e com isso não é beneficiado em nada, recebendo apenas 50€ mensais que basicamente é o que um electricista recebe por hora estando fora do sistema prisional e fazendo exatamente o mesmo trabalho, 50€ é o que o sistema prisional recebe por dia por cada um dos reclusos, basicamente um dos negócios

mais lucrativos que já tive conhecimento, já que não há mão-de-obra, os reclusos poupam milhões ao sistema prisional que não tem de contratar eletricitas, canalizadores, mecânicos, cozinheiros, etc.

No que toca à questão das drogas nos estabelecimentos prisionais, deveria haver mais ajuda para reclusos puderem passar esse problema com mais sucesso a fim de largar as drogas de vez, por exemplo, haver reuniões entre os reclusos toxicodependentes e profissionais de saúde tais como psicólogos e psiquiatras, reclusos sinalizados fazerem testes pelo menos uma vez por mês e com isso serem beneficiados ou prejudicados conforme o resultado do teste. Portugal deveria apostar também nas casas de saída de modo a ajudar a reintegrar a comunidade reclusa. As casas de saída enquanto solução para cumprimento, integral ou parcial, de uma pena privativa da liberdade já foram implementadas em vários países como Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Malta com sucesso no grande objetivo de reinserir pessoas reclusas, de forma eficaz, na vida ativa em sociedade.

Esse sucesso fica a dever-se ao facto de estas casas, sendo tendencialmente pequenas e inseridas nas comunidades locais, permitirem a população reclusa estar mais próximo do objetivo final que no caso é a liberdade, trabalhando e aprendendo a viver em sociedade e adquirindo ferramentas de trabalho para depois os mesmos aplicarem já em liberdade e assim terem trabalho e terem acesso a um salário para assim fazerem face às despesas do dia-a-dia e até juntando dinheiro para o seu futuro. Se compararmos com a média europeia, prende-se muito em Portugal é um dos países da Europa com a maior duração média de penas, o que é bastante contraditório se pensarmos que é considerado um dos mais pacíficos do mundo e o nosso tipo de criminalidade considerado de baixa gravidade.

A nossa própria sociedade tem muita culpa e um dos motivos é estar muito mal informada no que toca ao tipo de condições em que os reclusos estão sujeitos, ainda há muitos estereótipos em que os reclusos passam umas férias boas nas prisões portuguesas e a própria imprensa tem muita culpa nisso, pela muito má informação prestada no que toca à comunidade reclusa e às prisões portuguesas, os portugueses deveriam olhar mais para o que acontece nas prisões até porque nunca se sabe do dia de amanhã pois é muito fácil entrar o difícil mesmo é sair, basta uma má escolha ou apenas um azar, tal como estar no sítio errado à hora errada.

Para além disso, o recluso não deixa de ser pai, irmão, marido ou um filho de alguém e como estas penas excessivas prejudicam estas famílias e que até chegam ao ponto de destruírem por completo.

Restou-me ingressar no RVCC, onde coloquei as minhas expectativas mais elevadas e onde uma réstia de esperança se ergueu, onde eu compreendi que, amanhã posso ser tudo o que quiser.”

José, EP Elvas, 2023

2.4. Plano Individual de Readaptação

A Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP), integra o sistema prisional e é formado por um combinado de meios executantes que objetiva o cumprimento e criação de condições de reinserção social com a contribuição da ordem pública e da paz social. A DGRSP, integrada no Ministério da Justiça é um serviço de administração pública, sendo que, “A Lei Orgânica que a estabelece fixa-se no Decreto-Lei Do Plano Individual de Readaptação 26 n°215/2012 de 28 de setembro, publicada em Diário da República n° 189, Iª série, na página 5470. O Decreto-Lei n° 51/2011 de 11 de abril aprova o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais que vem regulamentar o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade. Aqui estão expostas as normas e diretrizes que é suposto praticar no tratamento penitenciário dos reclusos, tais como “os incentivos ao ensino e à formação, as condições de organização das atividades socioculturais e desportivas e a colaboração com instituições particulares e organizações de voluntariado” (Pontes, 2015, p. 19).

Falamos do Plano Individual de Readaptação com vista à preparação para a liberdade, com o conceito de estabelecer atividades e medidas que se adaptem a cada um dos reclusos, sendo sempre adequadas à devida duração da pena e às diferentes fases do plano. Assim o Plano Individual de Readaptação apresenta-se como uma ferramenta de trabalho basilar para os Técnicos Superiores de Reeducação e outros técnicos dos serviços prisionais e de reinserção social, agindo de forma contratual entre o sistema prisional e o sujeito detido, de forma a ocupar o período de pena da maneira mais diligente possível e praticável, facultando ao recluso a chance de conquistar novas competências ou desenvolver as que já tem, de modo a alcançar uma inserção ajustada à vida em sociedade.

Considera-se então o PIR, como um processo empreendedor, sendo estruturado aquando a entrada na prisão, tem como objetivo ser reajustado ao longo da pena e do progresso do recluso, sendo assente numa apreciação inicial de necessidades, bem como, dos objetivos a obedecer, as ações a desenvolver, o tempo de emprego e os recursos necessários para a aplicação prática de todo o processo, estas passam por várias atividades e áreas, como a saúde, os contactos com o exterior, as estratégias que visam preparar o adulto para a liberdade, a escolaridade e formação profissional, o trabalho, as várias atividades ocupacionais, socioculturais e desportivas.

O PIR, evidencia-se assim como instrumento base no processo de reinserção social do recluso, visando que o seu interesse e o seu fim sejam colocados em prática de forma

correta para que seja possível atingir os objetivos para o qual foi criado, sendo que a sua estrutura é considerada adequada para o processo. Perante a Lei nº 115/2009 de 12 de outubro, o sistema prisional tem o acordo de executar um PIR para cada um dos reclusos menores de vinte e um anos bem como, para condenados com pena indeterminada e para os excedentes, em que a pena seja superior a um ano.

Segundo o Código de Execução de Penas e o Regulamento Geral dos Estabelecimentos no caso do recluso aquando da sua entrada no estabelecimento prisional já tenha sido condenado por sentença, a sua avaliação e a programação do tratamento prisional e a elaboração do seu PIR será concluída num prazo de 60 dias, no caso de ser um recluso preventivo e que venham ser condenados numa sentença transitada em julgado proceder-se-á no prazo de 60 dias a uma atualização da avaliação e programação do tratamento prisional adequada à elaboração do seu PIR.

Segundo o artigo 21.º descrito na Lei nº115/2009 de outubro.

Artigo 21.º

Plano individual de readaptação

- 1 - Sempre que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, o qual é periodicamente avaliado e atualizado, nos termos previstos no Regulamento Geral.
- 2- Independentemente da duração da pena, o plano individual de readaptação é obrigatório nos casos de reclusos até aos 21 anos ou de condenação em pena relativamente indeterminada.
- 3 - O plano individual de readaptação visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior.
- 4 - A elaboração do plano individual de readaptação sustenta-se na avaliação do recluso, efetuada nos termos do artigo 19º.
- 5 - Na elaboração do plano individual de readaptação deve procurar-se obter a participação e adesão do recluso.

6 - No caso de recluso menor, o plano individual de readaptação é também elaborado com a participação dos pais, do representante legal ou de quem tenha a sua guarda, se houver benefício para a sua reinserção social.

7 - O plano individual de readaptação e as suas alterações são aprovados pelo diretor do estabelecimento prisional e homologados pelo tribunal de execução das penas.

8 - Um exemplar do plano individual de readaptação e das respetivas atualizações é entregue ao recluso.

Desta forma, todo o trabalho é praticado durante o tempo de pena e tem um papel revigorante na preparação do recluso para viver na sociedade, livremente, com a vertente formativa e proporcionando a obtenção de competências sociais, ganhando novos valores e responsabilidades, interesses e novas formas de lidar com situações que serão úteis já em liberdade, a proteção dos reclusos será também sempre crucial, visto que a proteção e dignificação do recluso e dos seus interesses é fundamental. O recluso pode então optar por frequentar cursos de formação profissional (FMC), cursos de ensino académico (EFA ou RVCC), sendo que a sua assiduidade, empenho e responsabilidade, detêm um grande peso na decisão e atribuição de medidas para a sua pena, como a possibilidade das licenças de saída de curta duração (LSCD); licenças de saída jurisdicional (LSJ); regime aberto no interior (RAI) e no exterior (RAE) e mais tarde, a meio da pena a concessão da liberdade condicional (LC), dando alguma recompensa ao recluso pela boa maneira que se comportou e cumpriu regras em meio prisional e no seu PIR.

O PIR é então, parte da reinserção social do recluso, com finalidade ao cumprimento de pena, que para além de punidora deverá ser reeducadora, reconstrutora e transformadora, apoiando-se no processo de história e projeto de vida, o recluso terá a possibilidade de modificar a sua vida de forma a conseguir tirar proveito para descobrir a sua própria identidade. Assim objetiva-se readaptar o indivíduo à sociedade e às normas sociais em vigência.

O PIR, tem vindo a denotar-se um instrumento que revela as boas estatísticas na DGRSP, no que toca à reinserção social. Foi visto sempre como um instrumento de trabalho positivo, utilizado de forma correta, com vista a orientar no sentido da reinserção social.

Identificamos o PIR como o primeiro passo para a integração do indivíduo no processo de RVCC, para a escrita da sua história de vida, criando um documento denominado por Portefólio Reflexivo de Aprendizagens. Documento este, de extrema

importância para o reconhecimento crítico do próprio e que muitas vezes, leva a uma reconstrução identitária e a uma definição de novos projetos futuros.

3. Reeducação e Reconstrução identitária no Estabelecimento Prisional de Elvas

3.1. Paradigmas e Metodologia de Investigação

No presente capítulo abordaremos o paradigma investigativo bem como a metodologia da mesma, explicando assim todo o processo metodológico realizado. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (PRA) destacando-se como um compromisso e instrumento de transformação e (re)construção de identidade no contexto educacional, é uma abordagem que visa promover a reflexão sobre as experiências de aprendizagem realizada ao longo da vida abrangendo a vida pessoal, social e profissional do indivíduo.

Nesse sentido, o PRA não se limita apenas a uma compilação de trabalhos e evidências, mas procura estimular a reflexão crítica sobre o processo de aprendizagem, as competências adquiridas e as transformações ocorridas ao longo do percurso de vida de cada um. Por meio da análise das experiências vivenciadas, o PRA permite aos adultos terem acesso ao seu Eu de forma mais autêntica, consciente e integrada com os seus valores e objetivos. Salienta-se a importância do Mediador neste processo, pois é este que numa abordagem neutra, auxilia o processo de transferência e (re)construção identitária do recluso.

Ao longo de todo o Processo dos adultos e no decorrer das diversas fases da redação da sua história de vida, é evidente a transformação na forma como olham para si e para a sua história, a qual se objetiva na forma como se projetam no futuro, onde se denota uma evolução extremamente positiva tanto social como pessoal. Apoiando-nos nos autores Faria e Vieira (2016) que chamam à atenção sobre a forma de cada um de nós observar e refletir acerca dos comportamentos e atitudes dos outros e de nós próprios de formas diferenciadas, urge então a necessidade de colocar em prática um paradigma interpretativo e fenomenológico, adequado para explorar e compreender fenômenos complexos, como processos de transformação identitária, que envolvem experiências individuais e subjetivas (Goffman, 2019)

Com este paradigma de investigação, passamos do distanciamento físico ao distanciamento intelectual, estar dentro e estar fora numa mediação que permita fazer uma etnografia do outro. Desta forma, a investigação terá pela frente identidades em construção e (re)construção, sendo provisórias e ainda com alguns limites impostos pelos próprios autores. Tendo em conta a situação em que se encontram, é importante referir

que cada um possui pontos característicos, estando aptos para reflexão da sua própria vida num processo complexo e intrínseco (Vieira R. , 2009).

Assim, apoiando a investigação numa abordagem aprofundada e rica em detalhes, enfocando a compreensão dos significados, interpretações e construções sociais em torno do Portefólio Reflexivo de Aprendizagem e na sua relação com a transformação identitária, é possível capturar as vozes e perspectivas dos participantes, permitindo uma análise holística e contextualizada.

Desta forma, apoiando a investigação numa observação participante coadjuvada com a análise de portefólios reflexivos e grupos de discussão, permitiu-se a obtenção de informações de cada uma das experiências dos e com os indivíduos que não seria possível num outro tipo de investigação e abordagem. O objetivo fundamental da investigação procura aplicar um olhar sobre estes adultos e a sua construção e reconstrução identitária, sendo que a grande questão é a consciencialização relativamente ao passado (a forma que podem redimir-se de algumas situações), ao presente (à forma como interagem diariamente) e ao futuro, (às escolhas que tomam e que irão tomar) e se tal fator resulta de um projeto autoconstruído, sendo que este projeto é, de certa forma, uma influência para a mudança. São vários os fatores inerentes à construção identitária e às escolhas assumidas pelo próprio, assim, como já referido, trouxe um paradigma fenomenológico - interpretativo (Faria & Vieira, 2016), tendo em conta antes sua natureza interpretativa, isto é, mais próxima do que é real e social apresentando uma perspectiva, portanto de dentro para fora como de fora para dentro, assim compreender as várias mudanças e reconstruções dos adultos investigados é o objetivo principal através da regulação entre a investigadora e os próprios.

Assim com este paradigma objetiva-se a compreensão relativamente às escolhas dos investigados bem como a procura significativa de intenções que fizeram com que estes tivessem tomado certas atitudes e compreender a sua mudança desde o princípio do processo até ao fim do mesmo. Desta forma, o investigador assume um papel muito mais complexo, existindo uma relação multidirecional na partilha de vários momentos da investigação.

O investigador é, então, visto como um construtor do mundo que por ele está a ser estudado. Torna-se uma análise contextual, procurando compreender as razões com base na totalidade do indivíduo, o que não é de todo simples na apreensão do processo completo. A abordagem holística da realidade, junto com os contextos incorporados na

investigação do indivíduo é o ponto central desse modelo, considerando também influências específicas da vida em reclusão (em contexto prisional).

No contexto da Mediação Intercultural, que está profundamente entrelaçada com esta investigação, “trata-se antes, de uma lógica da complexidade presente” (Faria & Vieira, 2016), na qual a compreensão do outro e a subsequente transformação mútua são componentes fundamentais da pesquisa.

Na perspectiva da natureza humana, o indivíduo é percebido como o resultado da interação com os demais. Na epistemologia desse paradigma, os métodos empregados são flexíveis, ajustando-se ao contexto social em estudo, explorando a plena complexidade e os benefícios que isso traz para a pesquisa. Nesses métodos, investiga-se a interpretação das realidades sociais, detalhando ao máximo os gestos, expressões e declarações do sujeito que é mais do que uma entidade isolada, separada e analisada individualmente.

Metodologicamente, utilizar-se-á uma metodologia etnográfica, de forma a compreender os significados, práticas e interações sociais. Desta forma, a pesquisa decorreu com uma abordagem de caráter qualitativo, dando especial ênfase à reflexão das contribuições dos adultos ao longo das diversas sessões realizadas. Como autor da pesquisa, adotei uma postura de observador participante, envolvendo-me ativamente nas atividades e interagindo diretamente com os indivíduos. Esta abordagem tal como o paradigma qualitativo proporciona uma visão holística e contextualizada do estudo. Para obtenção de dados foi utilizado o Focus-group, no qual cada indivíduo foi convidado a refletir e a debater alguns pontos em grupo, por vezes, alguns temas mais comuns à sociedade em geral, outras vezes alguns temas um pouco mais pessoais, mas que com a partilha muitos se identificaram. Para além da observação participante e das entrevistas semiestruturadas, os diálogos abertos foram cruciais para a obtenção de dados.

Sendo que, esta investigação será realizada com sujeitos que se apresentam com identidades em construção e muitas vezes, em estado provisório na medida em que aquando da entrada em reclusão, o sujeito é despido das suas disposições sociais e depara-se com uma realidade onde se inicia uma certa “profanação” do Eu, tornando-se fundamental compreender de que forma a realização do processo de RVCC, enquanto momento de autorreflexão crítica, assume a potencialidade de transformar e reconstruir a identidade destes sujeitos e que se inserem sobre limitações impostas a eles próprios, é importante compreender que cada um é um ser único e com características diferenciadas. Idealiza-se que os adultos em causa sejam detentores de consciência relativamente ao seu processo de reclusão, ao seu passado e ao seu futuro, e se assim resultará de um processo

de autoconstrução e heteroconstrução ou se será somente um projeto instaurado pelas regras e normas do sistema prisional e escolar. A ideia principal, foca-se na forma como o processo de História de Vida, foi por cada um recebido aquando da planificação Portefólio e de que forma esta escolha o transformou como indivíduo.

Neste estudo, pretende-se empoderar a participação dos sujeitos, não restringindo a mesma apenas aos conteúdos investigados, permitindo que todo o conteúdo vivencial e experiencial do indivíduo possa ser valorizado. Sendo um Processo realizado em grupo, é também importante salientar que é nestas trocas com o outro que a nossa identidade se reconstrói, na medida em que adquirimos para o nosso Eu valores, sentimentos e aprendizagens.

Outro aspeto a salientar é o facto de, para além de estar associado a este Processo de RVCC um relato autobiográfico reflexivo, está também o aumento do nível de escolaridade que exige a presença do adulto perante um júri onde mais uma vez, o papel do mediador, será fundamental na capacidade de acolher, escutar e tranquilizar o mesmo.

Assim, o mediador constrói pontes, num sentido preventivo, mas também resolutivo e transformador, é notório observar não só a transformação do participante, mas também do mediador. Desta forma, é possível constatar que a redação da história de vida permite uma ressignificação do Eu, aumentando a emancipação dos adultos investigados, patenteando as suas escolhas e nos seus projetos de vida. Para esta investigação a aplicação de entrevistas individuais serão bastante conclusivas para compreender a importância do processo de RVCC bem como, para os projetos pensados para o futuro.

Como mediadora investigadora, houve uma observação participante durante o Processo, através da qual foram tomadas notas acerca das reações e comportamentos dos participantes.

Esta é uma técnica natural fazendo com que durante a abordagem etnográfica e participativa, conseguisse observar os investigados praticamente sem defesas, ou seja, no seu modo mais natural de ser. Ao longo deste desafio denotou-se uma enorme transformação nos adultos, confirmando que as metodologias utilizadas no Processo de RVCC têm um impacto profundo na transformação identitários dos adultos.

3.2. Centro Qualifica - Centro Protocolar da Justiça

O Centro Qualifica do CPJ desenvolve a sua atividade em todos os Estabelecimentos Prisionais (EP) e Centros Educativos (CE). É um centro especializado em qualificação de adultos, com enfoque na disponibilização de informação, aconselhamento e encaminhamento para oportunidades de educação e formação profissional para adultos com 18 anos ou mais que procuram obter uma qualificação.

Este centro faz parte do Sistema Nacional de Qualificações e destina-se a todos os que procuram uma qualificação, com o objetivo de prosseguir os estudos e/ou realizar uma transição ou reconversão para o mercado de trabalho.

O Centro Qualifica do CPJ tem como foco principal e dedica especial atenção aos cidadãos sob a custódia da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, ou seja, aqueles que estão cumprindo penas de prisão ou medidas cautelares de internamento. Esta entidade desempenha um papel fundamental no processo de reintegração social desses indivíduos.

Essa estrutura está disponível para todos, incluindo o público em geral da área geográfica conhecida como NUT III da Lezíria do Tejo, que buscam obter uma qualificação para continuar seus estudos e/ou fazer uma transição/reconversão para o mercado de trabalho, visando sua empregabilidade e inclusão social.

Além disso, o Centro Qualifica tem a responsabilidade de implementar uma estratégia para envolver adultos e jovens inativos (estes últimos abrangidos pelo Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem - PNI-GJ3) em percursos de qualificação. A aprendizagem ao longo da vida é valorizada e considerada um princípio fundamental nesse contexto.

O Centro Qualifica do Centro Protocolar da Justiça, é neste momento, o único centro que acompanha adultos em reclusão nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas pelos adultos ao longo da vida, tanto através de vias formais, informais ou não formais, abrangendo áreas diversas de educação. Desta forma, será com o respetivo Centro Qualifica que acompanharei alguns processos RVCC e construção de PRA, e que desenvolverei esta investigação.

3.3. Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Em coadjuvação com a DGRSP, o Centro Qualifica do Centro Protocolar da Justiça, uma das várias portas de entrada para todos os que buscam a qualificação, faz dentro de vários EP'S, o processo RVCC com adultos privados da liberdade, na busca de emancipação, reflexão e reconhecimento dos mesmos, bem como, forma de obter melhores habilitações escolares.

O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, denota-se como um processo através do qual um indivíduo demonstra algumas competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, seja por uma via formal, não formal ou informal, que são suscetíveis a validação e certificação para obtenção de uma qualificação.

Assim, o RVCC denota-se uma via de acesso para a obtenção de qualificação de nível 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações, bem como, permite o desenvolvimento do percurso formativo de curta e média duração. Desta forma, existem três tipos de RVCC, o escolar, o profissional e o de dupla certificação, onde o escolar tem como base os referenciais de competências escolares de nível básico e secundário e o profissional onde integram adultos já com o nível secundário e tem como base os referenciais de competências profissionais. Já a dupla certificação, tem como base os referenciais de competências escolares e profissionais.

Desta forma, o processo de RVCC e conforme a nomenclatura indica tem como objetivo:

Reconhecimento de competências - onde se identificam as competências desenvolvidas pelo adulto ao longo da vida, nos vários contextos. Desta forma é elaborado um portefólio de carácter reflexivo e documental, onde e de forma estruturada coadjuvando documentos biográficos e curriculares, onde se determinam de forma evidente os indícios das competências adquiridas das experiências pessoal e profissional que detêm.

Validação de competências - Passa pela verificação e avaliação das competências do indivíduo atendendo às competências definidas no referencial, utilizando-se os instrumentos de avaliação que foram concebidos pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP).

Certificação de Competências - Atribui-se um certificado por um júri de certificação, onde esta poderá ser parcial ou total, o júri decide com base na avaliação da prova e na avaliação do portefólio e instrumentos de avaliação aplicados durante as etapas de reconhecimento e validação.

Este processo reflexivo é considerado um processo onde com ajuda da escrita da sua história de vida bem como com a reflexão dos projetos de vida, faz com que o indivíduo faça uma introspeção da sua vida e da sua realidade, passando por vários pontos de vista e visando a possibilidade de encerrar alguns capítulos que não tenham sido finalizados aquando do decorrer da sua vida. Este é um processo metodicamente pensado para avaliar competências da identidade de cada indivíduo, fazendo com que o mesmo reflita sobre as várias etapas pelas quais passou, bem como, enriquecendo-o e tornando visível todos os pontos fortes que muitas vezes relativizou. Esta identidade contínua e dinâmica, é resultado de todas estas vivências, experiências e contacto com os outros em todas as fases da vida.

A identidade é construída por estratégias e processos de socialização que se refletem na participação cultural, na formação e na transformação contínua, a identidade tem como resultado interações e representações dos vários sistemas que rodeiam o indivíduo. Muitas vezes, o indivíduo é demarcado pela interação com os outros seja esta positiva ou negativa e onde a reflexão acerca da história de vida e a construção de um projeto de vida a seguir, com apoio do processo RVCC ditará um novo começo para o indivíduo, em reclusão, bem como, lhe trará novas competências e um nível de habilitação escolar elevado para que, aquando a sua liberdade poder construir um futuro melhor com uma estabilidade laboral emancipando-o desta forma a dar o melhor de si e a terminar o processo inserido no seu plano individual de readaptação.

3.4. Histórias e Projetos: O Portefólio e a Vida

Ao trabalhar as histórias de vida, como forma de demonstração das suas competências pessoais, sociais, profissionais, etc. Conseguem-se parcialmente uma reflexão e uma tomada de consciência de si mesmo, permitindo redefinição dos seus trajetos e projetos de vida.

Na análise realizada a uma história de vida que está a ser descrita numa fase muito particular da vida dos sujeitos que estão a ser estudados, importa reconhecer que a mesma não se resume a um documento onde são descritos acontecimentos, vivências e experiências decorridas na sua trajetória de vida. Escrever uma história de vida em Reclusão, assume diversas fases, as quais evidenciam uma reconstrução permanente e uma metamorfose constante no Processo de construção identitária. Num primeiro momento, alguém que está privado de liberdade e é tratado por um número, faz uma abordagem da sua história de uma forma condicionada, o seu “eu” é sistematicamente modificado (Goffman, 2019). É aqui que o mediador tem um papel fulcral, auxiliando, numa posição de igual para igual, como é descrito por Matias e Vieira (2018), que o indivíduo permita que o “eu” mortificado possa dar lugar a um novo “Eu” onde se reconhece como o dono e protagonista do seu comportamento e do seu futuro.

Desta forma “a questão da identidade deve ser concebida como um processo permanente de identificação e de definição de si através da identidade «evolutiva»” (Josso, 2009, p. 33).

Trabalhar histórias de vida, objetiva o trabalho e formação de um eu que para além de ser considerado tanto singular como plural de si, é também colmatado com a sua dinâmica e movimento no tempo e espaço. É, assim a história de vida concebida como uma mediação do conhecimento de si próprio através de uma autobiografia e autorreflexão da sua vida e dos vários registos de si. O conhecimento de si, é talvez o mais difícil no processo, tendo em conta que cada dia e ao longo do processo, existe mais reflexão sobre o Eu e novas descobertas de si próprio, desta forma e devido às transformações do sujeito vivo e de constante aprendizagem, através dos vários acontecimentos que modificam o ser, a construção identitária é constante sendo que é um processo complexo, de aprendizagens de saber-ser, saber-fazer e de saber-pensar, em relação aos outros e na vida com a sociedade, adquirindo assim competências da construção do seu Eu identitário. Desta forma, existe a perceção do próprio sujeito ter de lidar com as suas transformações perante as suas vivências, consciencializando-se de que,

a sua metamorfose é real e constante, sendo que este tem de lidar consigo e com os outros, o que causa tensões e conflitos na sua diferenciação, assim “compreender as metamorfoses culturais que ocorrem na vida dos indivíduos em consequência das convergências e divergências dos trajetos de vida face à cultura de partida” (Vieira R. , 2009, p. 60).

Quando um sujeito aborda a sua história de vida, esta nunca é só fruto do seu passado, mas também do seu presente e da forma como se projeta no futuro e nesta abordagem verifica-se que a aprendizagem é tema central no Processo transformativo do indivíduo o que reforça a afirmação, “Por isso afirmo que aprender significa, sempre, de alguma forma, transformar-se” (Vieira R. , 2009, p. 61).

Neste relato autobiográfico de caráter pessoal e reflexivo, o sujeito acede às várias fases da sua vida bem como às transformações que sofreu, compreendendo as várias identidades que foi tomando como suas ao longo do tempo, bem como as suas trans(formações) e re(construções). É, por isso que “a biografia é não só uma via para a compreensão das identidades pessoais como pode ser, ela mesma, uma via de autoformação de adultos” (Vieira R., 2009, p. 67).

A narração da história de vida, procedimento adotado pela antropologia e sociologia, consiste numa recolha de dados biográficos, ao realizar algumas entrevistas reconstruindo o processo biográfico do sujeito ou pela própria escrita e narração do sujeito investigado.

Na base desta metodologia, está a valorização do singular de cada um como ser único e individual.

Todo o sujeito tem capacidade de olhar para o futuro e traçar o seu projeto de vida. Não se encontra uma definição correta sobre o que é ao certo um projeto de vida, mas concorda-se que seja uma referência à realidade de cada sujeito. Sendo que crucial é saber, quem sou, o que quero ser e para onde vou e quero ir, desta forma, as perguntas a que vamos responder, fazem parte do progresso do próprio projeto de vida. O projeto é um conceito instável, sendo que se trata de mudança na vida do sujeito e pretende trazer algum benefício para a mesma.

O projeto de vida é, então, individual, embora existam sempre alguns assuntos que são comuns, como a saúde, o dinheiro e outros como o amor, para viver uma plenitude. Os projetos de vida também se diferenciam dependentemente da idade do sujeito, sendo que alguém que já trabalhou a vida toda, terá certamente um projeto distinto de quem está no início da sua vida laboral. Desta forma, os projetos de vida constituem-se como as

ideias principais para um caminho a seguir, efetivando sempre a transformação identitária ao longo do trajeto percorrido, assim, “aquilo que se chama projeto de vida é uma forma transitória, possuída por um indivíduo, destinada, a prazo, a ser suplantada por uma nova forma levada a cabo por um novo indivíduo” (Boutinet, 1990, p. 301).

Todo o sujeito é, então, resultado das suas circunstâncias pessoais, assim, existem algumas questões que são chave para esta construção do projeto de vida, baseando-se na sua história de vida, os ambientes em que vivem, os contextos sociais e culturais tornam-se essenciais para traçar o seu caminho.

O projeto de vida conduz à possibilidade de arquitetar, germinar e modelar o que está por vir.

As escolhas do caminho a percorrer resultam de influências intrínsecas e/ou extrínsecas ao sujeito, no que toca ao seu compromisso com a ética. Assim, projetar a sua própria vida é consciencializar a responsabilidade que cada um tem na sua atuação social, ao descobrir-se a si mesmo e aos outros, na sociedade que vive e nas (trans)formações que decorrem.

O autoconhecimento é fundamental para que se consiga encontrar respostas a perguntas como, “Quem sou? Para onde vou? Porque existo?”, na construção da identidade pessoal. Então, este conceito, faz com que os sujeitos definam as condições de orientação e escolha que dispõem nas várias fases de existência, na cultura atual que é vivenciada socialmente, “interrogar-se sobre a maneira pela qual os indivíduos, os grupos, as pessoas vivem o tempo.” (Boutinet, 1990, p. 21).

Pretende, assim, o processo de escrita do portefólio reflexivo de aprendizagens dar resposta às questões supramencionadas, pois é no reencontro consigo mesmo, aquando da reflexão crítica sobre a sua história de vida, que o sujeito vai ressignificando as interpretações antigas que foi atribuindo ao seu Eu, gerando novas respostas, novos caminhos e novos projetos.

O portefólio reflexivo de aprendizagem pode ser visto como uma ferramenta útil que auxilia os indivíduos a compreender e refletir sobre suas próprias experiências e aprendizados o que impacta na sua transformação identitária. Ao ser utilizado como um meio para documentar e refletir sobre as experiências pessoais, sociais, profissionais, etc., permite que o sujeito possa ter maior perceção dos seus sucessos e fracassos e, assim, usar esse conhecimento para reconstruir a sua identidade de forma mais consciente e intencional.

Como já constatado, a construção da identidade é intrínseca a qualquer História de Vida, conectando-se à relação com o outro, numa visão transversal e coletiva, vivendo realidades diferenciadas e compreendendo o projeto pelas influências sociais e culturais. “O projeto pode ser conceptualizado como a representação de objetivos ou desejos futuros que, partindo de um conjunto de experiências passadas, organiza e confere sentido às ações presentes e quotidianas” (Mateus, 2002, p. 2).

Falamos então, nesta dissertação, do processo de escrita do PRA, essa micro-história de vida de adultos em reclusão, em transformação e (re)construção da sua identidade.

3.5. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens: Uma Ferramenta para o Desenvolvimento do Processo de Aprendizagem

Os objetivos do portefólio reflexivo de aprendizagem incluem avaliar as aprendizagens, habilidades e competências, bem como estimular a reflexão sobre as mesmas. Neste processo, estabelece-se uma ligação contínua entre o indivíduo e o mediador ou técnico que o acompanha, através do processo de ação-reflexão-ação, promovendo-se a autoavaliação, espaço para dúvidas e conflitos, estímulo à criação de narrativas e mobilização do indivíduo para assumir a responsabilidade sobre seu próprio processo de aprendizagem, por meio da análise de particularidades do seu desenvolvimento.

O portefólio transforma o momento de avaliação numa etapa de aprendizagem, pois avalia o progresso por meio do diálogo, elaboração de novos conhecimentos e reflexões, criatividade, autonomia e empoderamento, com interação com o mediador. A avaliação torna-se um momento de troca. O indivíduo é autor de sua própria trajetória na construção do conhecimento, respeitando seus limites e individualidades. Para que a avaliação seja justa e fidedigna, o mediador precisa acompanhar de forma efetiva e individualizada. Todos ensinam e aprendem mutuamente, o que pode ser aplicado em diferentes cenários de aprendizagem e transformação.

A autonomia é um ponto-chave no processo de construção do portefólio reflexivo de aprendizagens, pois há liberdade de expressão, busca ativa e criatividade na elaboração de atividades, reflexões e críticas, a fim de aprender além dos conteúdos, ampliando os horizontes. É fundamental que, para o sucesso do portefólio, haja clareza dos critérios de avaliação. O objetivo da avaliação é melhorar e transformar, e não provar.

O PRA proporciona estímulo e provoca mudanças nas práticas de avaliação e requer uma mudança significativa de pensamento, fornecendo uma avaliação autêntica da aprendizagem mais profunda, com reflexão mais aprofundada.

O portefólio possui inúmeras vantagens: é um facilitador da formação do pensamento compreensivo, crítico e criativo; melhora a capacidade de alcançar objetivos e de integrar teoria e prática; aprimora a autoconsciência e a capacidade de refletir; fortalece a capacidade de aprender de forma independente, tomar decisões e pensar criticamente; aprimora as habilidades de comunicação e a autoconfiança; estimula a disposição para assumir responsabilidade sobre a própria aprendizagem e profissionalismo, e é por este motivo que foi usado como instrumento privilegiado neste

estudo, pois através do mesmo é perceptível a transformação identitária de quem passa por este processo.

O portefólio também melhora a relação indivíduo-mediador, tornando os mediadores mais conscientes das necessidades dos alunos, estimulando o feedback e aumentando a confiança do indivíduo em compartilhar os seus sentimentos num ambiente seguro, oferecendo apoio emocional para situações difíceis. Permite a autoavaliação, com um processo de aprendizagem organizado e sequencial, compromisso com a superação por meio da reflexão contínua de forma enriquecedora, fugindo dos padrões tradicionais já esgotados e promovendo momentos de maior interação entre os mesmos.

Como dificuldades, pode referir-se que esta oferta nem sempre é disponibilizada em todos os estabelecimentos prisionais e por outro lado, nem todos os reclusos têm perfil para validarem este processo que implica escrever sobre si mesmo e de forma reflexiva. Há também a falta de conhecimento sobre a real importância e complexidade do portefólio, a dificuldade em escrever e expressar, a dificuldade em refletir sobre as vivências, em falar sobre si mesmo, escrever subjetividades e assumir a responsabilidade de entrega, o que pode gerar inquietudes fazendo com que alguns prefiram o ensino regular para aumentar a sua escolaridade. A falta de um modelo padronizado também pode ser uma dificuldade para implementar o portefólio.

3.6. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens e a Mediação

O Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) é uma poderosa ferramenta no contexto educacional e em conjunto com o papel do Mediador pode ter um impacto fundamental na promoção da aprendizagem e do diálogo. Num mundo cada vez mais globalizado, é essencial que as instituições de ensino adotem estratégias que valorizem a diversidade cultural e promovam a compreensão mútua entre diferentes grupos étnicos e culturais. Nesse sentido, o Processo de RVCC através do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, combinado com o papel do Mediador Intercultural, pode criar um ambiente propício para a aprendizagem intercultural e a construção de pontes entre as diferenças.

O PRA é uma abordagem que permite aos indivíduos refletir sobre seu processo de aprendizagem e documentar as suas experiências, conquistas e desafios ao longo do tempo. Ele proporciona a oportunidade de expressar as suas perspectivas culturais, compartilhar as suas experiências pessoais e destacar sua diversidade cultural. Com o PRA, é possível demonstrar não só o seu crescimento acadêmico, mas também as suas potenciais mudanças e transformações. Isso contribui para uma aprendizagem mais inclusiva, na qual as vozes e experiências são valorizadas e celebradas.

O Mediador Intercultural desempenha um papel crucial no processo de implementação do PRA. O mediador é responsável por criar um ambiente de diálogo respeitoso e inclusivo, onde o indivíduo se sinta encorajado a partilhar suas perspectivas e a começar a sua transformação e (reconstrução) identitária, assumindo assim um compromisso durante todo este processo consigo próprio e com o mediador. O processo de transformação identitária é uma caminhada complexa e significativa na vida de um indivíduo.

Durante este processo, enfrentam desafios, questionam as suas crenças e valores e reavaliam a sua própria identidade. Neste contexto, a utilização do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) em conjunto com o papel do mediador pode desempenhar um papel fundamental na facilitação dessa transformação.

O PRA, como uma ferramenta de registo e reflexão, permite aos indivíduos documentar as suas experiências de aprendizagem ao longo do tempo e examinar como essas experiências têm influenciado a sua identidade. Ao registar os momentos de aprendizagem significativos, os desafios superados e as reflexões pessoais, o PRA proporciona uma visão clara do percurso de transformação identitária.

Neste processo, o mediador atua como um facilitador, fornecendo orientação e apoio aos indivíduos no seu percurso de transformação. O mediador cria um ambiente seguro e de confiança, onde os indivíduos podem partilhar as suas experiências, expressar as suas dúvidas e explorar questões identitárias de forma aberta e autêntica. Através do diálogo e da escuta ativa, o mediador ajuda os indivíduos a compreenderem melhor as suas próprias narrativas e a construírem uma identidade mais coerente e significativa.

O PRA e o mediador trabalham em conjunto para promover a autorreflexão e o autoconhecimento. Ao reverem os seus registos no portefólio, os indivíduos podem identificar padrões, perceber o seu crescimento e reconhecer as mudanças na sua identidade ao longo do tempo. O mediador, por sua vez, desafia os indivíduos a questionarem as suas suposições e a explorarem novas perspetivas, incentivando assim o desenvolvimento de uma identidade mais flexível e adaptável.

É importante salientar que o processo de transformação identitária pode ser desafiante e envolver momentos de desconforto e incerteza. Neste sentido, o papel do mediador é fundamental para fornecer o apoio emocional necessário e encorajar os indivíduos a abraçarem a complexidade do seu percurso. O mediador ajuda-os a compreender que a transformação identitária é um processo contínuo e que a exploração da sua identidade é uma jornada em constante evolução.

O PRA e o mediador desempenham um papel crucial no contexto da transformação identitária. Ao utilizar o PRA como uma ferramenta de reflexão e ao contar com o apoio do mediador, os indivíduos têm a oportunidade de explorar e compreender a sua própria identidade de uma forma mais profunda e significativa. O PRA e o mediador fornecem uma estrutura e um ambiente propício para esta transformação, ajudando os indivíduos a construírem uma identidade mais autêntica e coerente consigo mesmos.

O mediador atua como um facilitador, criando um espaço seguro e de confiança onde o recluso se sente à vontade para partilhar as suas experiências mais íntimas. Num contexto onde a reserva e o receio são frequentes, esta relação empática e acolhedora é essencial para que o recluso se sinta confortável ao expor detalhes da sua vida, inclusive aqueles que possam estar associados a crimes ou a traumas passados.

Além disso, a relação com o mediador pode ter um impacto positivo na reconciliação do recluso com o seu passado. Ao visitar e analisar a sua própria história de vida, o recluso ganha uma compreensão mais profunda das suas ações passadas, um passo importante no caminho da ressocialização e da reintegração na sociedade.

A relação com o mediador também promove a autorreflexão, encorajando o recluso a examinar as suas escolhas e comportamentos de forma crítica. Esta autorreflexão pode ajudar o recluso a tomar decisões mais informadas e construtivas sobre o seu futuro, contribuindo para a sua reabilitação.

Por último, ao dar ao recluso a oportunidade de contar a sua própria história, esta relação ajuda a construir a sua autoestima e autoimagem. Permitir que o recluso dê voz às suas experiências pode ser um poderoso meio de empoderamento, tornando-o mais resiliente perante os desafios futuros.

A relação entre o recluso e o mediador é um elemento fundamental e positivo no processo de escrita de uma história de vida no ambiente prisional. Ela facilita a expressão, promove a reconciliação, estimula a autorreflexão e constrói a autoestima do recluso, contribuindo de forma significativa para o seu processo de reintegração e reabilitação.

4. Vivendo e Convivendo no Estabelecimento Prisional de Elvas

4.1. O Estabelecimento Prisional de Elvas

O Estabelecimento Prisional de Elvas está localizado na região do Alentejo, no distrito de Portalegre, em Portugal. Situada na cidade histórica de Elvas, conhecida pela sua fortaleza e pela proximidade com a fronteira espanhola, essa instituição desempenha um papel fundamental no sistema prisional do país.

Com relação à sua estrutura, o estabelecimento possui capacidade para abrigar cinquenta e três reclusos. Para acomodá-los, o espaço é dividido em alas ou pavilhões, cada um projetado para acomodar uma determinada quantidade de detidos. Além das áreas de alojamento, existem espaços comuns, como pátios e áreas de convívio, dentro das instalações.

Em termos de reclusos, o Estabelecimento Prisional de Elvas recebe indivíduos de diferentes categorias e regimes penitenciários. Isso inclui detidos provisórios, que aguardam julgamento, assim como reclusos condenados a penas de prisão efetivas. Também são acolhidos reclusos em regime aberto ou semiaberto, entre outros.

A instituição oferece programas de reintegração e ressocialização, visando a preparação dos reclusos para a sua reintegração na sociedade após o cumprimento das penas. Esses programas englobam atividades educacionais, formação profissional, assistência psicossocial, apoio jurídico, bem como programas de prevenção da reincidência.

No que diz respeito à segurança e disciplina, o Estabelecimento Prisional de Elvas adota procedimentos e medidas de segurança para garantir a ordem e a disciplina no ambiente prisional. Isso inclui a utilização de vigilância por câmaras, controle de acesso, revistas regulares e protocolos de emergência.

Além disso, o estabelecimento colabora com diversas entidades, como o sistema judicial, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e serviços de reinserção social. Essas parcerias têm como objetivo aprimorar os serviços oferecidos aos reclusos e promover a sua reintegração social de maneira efetiva. Uma das instituições com a qual colabora é o Centro Qualifica do Centro Protocolar da Justiça, cujo papel consiste no encaminhamento dos reclusos para as ofertas formativas disponibilizadas neste estabelecimento prisional, de acordo com o seu perfil. As ofertas disponibilizadas neste EP, são: cursos EFA, FMC, e o Processo de RVCC. Que permitem aos adultos obterem

nível de escolaridade, bem como, caminharem no sentido a sua reintegração, transformação e reconstrução.

Importa salientar que este é um estabelecimento prisional regional, com uma pequena dimensão, o que tem reflexos bastante significativos na gestão do percurso individual de cada recluso. Para além de ter um número reduzido de reclusos, a higiene e decoração dos espaços, e o cuidado com a imagem pessoal, assim como acesso facilitado ao espaço escolar, no qual têm acesso a livros, computadores, jornais e etc.

Neste sentido, a realização do Processo de RVCC neste EP é bastante incentivador e a sua concretização é facilitada pelas condições oferecidas aos sujeitos, os quais podem ter acesso ao computador, para além dos dias de formação, outros momentos, como os fins de semana para poderem continuar a redação das suas histórias de vida, garantindo que terminam o Processo antes de terminar o tempo de pena ou serem transferidos de estabelecimento prisional. Não menos importante é o facto deste processo ser compatível com outras atividades que possam ter no EP, como trabalho ou até a frequência de outros cursos formativos, desta forma este é mais um ponto positivo para ingressarem neste Processo.

4.2. A Construção Social do Recluso: Estereótipos, Preconceitos e Realidades

Recluso, termo utilizado para denominar um indivíduo em situação de detenção numa instituição prisional, devido à prática de um crime e que cumpre durante um determinado período, pena de prisão. O indivíduo em reclusão, foi condenado pelo tribunal de justiça e, colocado em privação de liberdade sob custódia do Estado.

Tendo como finalidade principal a punição do indivíduo pelo delito cometido, serve também como meio de proteção da sociedade, visando a prevenção de novas infrações, “Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias ...” (Goffman, 2019).

A experiência de ser um recluso implica viver num ambiente controlado e restrito, seguindo uma rotina diária definida pelas normas e regulamentos da instituição prisional. Os reclusos podem ser alojados em celas individuais ou partilhadas, dependendo das condições da prisão e da categoria de segurança atribuída.

Durante o período de reclusão, os reclusos enfrentam diversos desafios, incluindo a adaptação à vida na prisão, o isolamento social, a falta de privacidade, a separação da família e a restrição de direitos e liberdades básicas. Muitos reclusos também lidam com problemas de saúde física e mental, assim como com vícios ou dependências.

É fundamental compreender que um recluso é uma pessoa com direitos e dignidade, e que a abordagem da mediação e intervenção social deve procurar respeitar esses direitos e promover a sua reintegração e ressocialização de forma efetiva e justa.

Atualmente, encontram-se ainda bastantes estereótipos e preconceitos por parte da sociedade para com os reclusos, generalizações simplistas e fixas aplicadas a indivíduos em privação de liberdade e estereótipos comuns podem incluir a ideia de que são perigosos, violentos, moralmente corruptos ou incapazes de se reintegrarem na sociedade. Esses estereótipos podem ser reforçados pelos media, pela falta de informação adequada sobre o sistema prisional e pela falta de empatia em relação aos indivíduos que estão detidos.

Diferencia-se, nos dias de hoje, uma grande transformação na forma de estar em reclusão, compreende-se que a mudança temporal teve já um fator importante e elevado nesta mutação. Em tempos passados, reclusos não podiam, de forma alguma, utilizar roupas próprias e na maioria das prisões as vestes eram iguais para todos. Hoje, a

realidade não é essa, embora nem todos os seus pertences possam ser utilizados aquando da sua admissão no EP, é já muito comum cada um estar vestido com as suas roupas, sendo que estas podem ser levadas por familiares, participando assim na preservação da identidade do indivíduo em reclusão. É visível por parte de quem priva com os mesmos, esta vontade de emancipação, de estar cuidado e de ser cuidado, de se continuar a afirmar e conseguirem, desta forma, mostrar que estão ali e que são seres iguais aos tantos outros em liberdade.

Não só nos trajes vestidos, mas também se denota cada vez mais a necessidade de cada um reconhecer as suas aptidões, capacidades e conhecimentos, bem como, de se darem a conhecer e transmitirem a realidade que vivem nos estabelecimentos prisionais em Portugal.

Desta forma, a investigadora em conversa aberta com sete reclusos do estabelecimento prisional de Elvas, recolheu alguns depoimentos que vão ajudar a determinar algumas respostas às questões envolvidas durante toda a dissertação.

5. Testemunhos e Análise de Resultados

Denominaremos então os reclusos que indagámos com nomes fictícios, não usando os números com que são identificados no EP, salienta-se que o facto de questionarmos o nome gera uma estranheza imediata, pois assim que entram no contexto prisional são “batizados” com um número que daí em diante passa a ser sinónimo da sua nova identidade. Este tratamento impessoal deita por terra a sua identidade pessoal, retirando todo o seu eu.

Desta forma, contribuíram para este estudo, os reclusos, José, Tiago, Vasco, Rafael, Jorge, Sérgio e Edgar.¹

Em conversa, comecei por abordar a potencialidade dos PIR (Plano Individual de Readaptação) nas prisões, bem como, de que forma houve alguma transformação no próprio indivíduo com o preenchimento deste documento. As opiniões são diversas, nem todos concordam com a sua potencialidade, mas alguém acredita nela. Muito requer o seguimento dos educadores no terreno, que, segundo os mesmos nem sempre supervisionam o trabalho feito pelos reclusos, bem como, muitas vezes, não existe uma readaptação do plano e quando apresentados ao juiz, não faz jus ao que é a sua realidade. Muitos referem que o PIR não funciona em condições, que não existe acompanhamento durante o processo de reclusão. Segundo o Tiago, o PIR pode ter potencialidade, mas no seu caso apenas serviu para preencher papéis, pois em 35 meses de reclusão e de plano, nunca foi feita uma única avaliação ou reavaliação.

Já outros, explicam a grande potencialidade do PIR, pois mesmo privados de liberdade conseguem a oportunidade de obter novos conhecimentos e novas competências, como foi o caso de ter ingressado no processo RVCC, não só a parte profissional e escolar é importante no PIR, mas também o relatório feito no fim, por parte dos técnicos. Este quando a sua ida ao juiz, permite a identificação de um percurso positivo nesta estadia no Estabelecimento Prisional. Não obstante, opiniões como a do José, “*Este PIR é bastante importante e tem muito potencial, mas neste e em tantas outras EP, não é bem aplicado*”.

Quanto a esta questão, ficou esclarecida que o potencial do plano está lá, e decerto trará bastantes pontos positivos na vida do recluso, no entanto, a sua aplicação nem sempre é feita corretamente pois não existe um acompanhamento correto nem uma

¹ Apesar de ter obtido uma declaração de consentimento dos sete sujeitos destes estudo, o nome que usamos para falar de cada um é fictício e foi construído na interação com os reclusos desta investigação.

readaptação do plano ao longo do cumprimento da pena do sujeito, no qual deveria ser identificado tudo o que concluíram a nível escolar e profissional, de forma a dar a conhecer o seu percurso positivo durante o tempo de pena.

Procurei compreender a motivação dos mesmos e o que os levou a ingressar no processo de RVCC e a forma de como este processo foi encarado como um compromisso, durante o tempo que estiveram no mesmo. As opiniões dos sete sujeitos foram bastante unânimes, *“foi uma mais-valia para ter a cabeça ocupada e para um futuro próximo poder vir a ser bastante útil, pois aprender não ocupa lugar e este processo foi encarado por mim como um compromisso, pois, enquanto não o terminei eu não fiquei descansado, consegui colocar a minha cabeça no lugar, organizando as várias fases da minha história de vida”*, segundo a visão do Edgar. As opiniões acerca desta questão não divergem muito, no entanto o Jorge afirma, *“Inicialmente foi por um motivo de ocupação de tempo e porque decerto, ia dar-me ferramentas para um bom relatório ao juiz, mas com o desenvolvimento e o desenrolar do processo foi sendo cada vez mais incrível fazer este processo e fui-me envolvendo, cada vez mais, levando-o cada vez mais a sério de forma a comprometer-me a levar o processo até ao fim”*.

Compreende-se as motivações iniciais dos indivíduos aquando do seu ingresso no processo RVCC, a ocupação do seu tempo livre é uma das mais presentes respostas, denota-se que passam bastante tempo num quadrado, sem terem muito para onde ir e o que fazer, necessitam de ocupar as suas mentes com alguma coisa que os faça sentir vivos, que os emancipe e que lhes dê coragem para o tempo de pena que ainda têm pela frente. É também, muito frequente, numa determinada fase do processo, existir a vontade de desistir do mesmo, pois remexer no passado e nas suas memórias não se revela um trabalho fácil, fazendo com que se remexa em gavetas encerradas há já muito tempo, o Sérgio reflete, *“Para mim este processo foi um compromisso, embora pareça um processo fácil, não é, relembrar coisas que passámos, fechar algumas gavetas do passado e preparar para o futuro não é fácil. Assim, aceitei o RVCC e não desisti até conseguir acabá-lo”*, assim verifica-se que o processo é um compromisso onde obter a escolaridade é o objetivo principal, contudo, paralelamente, verifica-se um efeito “terapêutico” traduzido numa ressignificação do seu Eu, passando a acreditar mais nas suas potencialidades e na possibilidade de ainda ter um lugar na sua família e sociedade.

As opiniões recolhidas foram objetivas e revelaram de forma geral que se num primeiro momento o que os mobiliza é o aumento da escolaridade e o ocupar o tempo, no

fim do mesmo, paralelamente, constroem um novo Eu e dão uma nova oportunidade a si mesmos.

Foi também solicitada uma reflexão acerca da importância do PRA (Portefólio Reflexivo de Aprendizagens) no processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, onde se denotou ao longo do Processo, enquanto mediadora e investigadora, que os acompanhou ao longo de alguns meses, conseguindo verificar as várias transformações potenciadas por este instrumento nos adultos.

Foi notório, numa fase inicial, que a introversão era bastante significativa, existia algum medo de partilha das suas histórias, não existia confiança e empatia entre os membros do grupo e a mediadora, mas depressa se notou uma enorme mudança. As partilhas começaram a ser constante a confiança aumentou, a cada sessão sentia-se crescimento, sentia-se aprendizagem, partilha e motivação para levar a cabo o processo, via-se a vontade de escrever, de deitar para fora os sentimentos e as histórias passadas e existia muito trabalho autónomo.

As opiniões comprovam-no, o crescimento foi constante e o desenvolvimento de cada um, para além de extremamente visível, intrinsecamente foi sentido de forma gratificante e positiva, consubstanciado em relatos como o do Vasco, “Foi bastante importante, pois fez-me escrever sobre alguns episódios da minha vida e pôs-me a pensar em alguns erros que fui cometendo ao longo da vida.”

Assim como o colega Rafael que revela, *“O portefólio de Aprendizagem (PRA), foi muito importante no meu processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, para mim foi muito bom conseguir fazer este processo e compreender de que forma me perdoei dos meus próprios erros, assim foi muito bom concluir este processo, pois para mim foi reviver o passado, como escrever um diário relembrando os bons e maus momentos”*.

À questão “De que forma escrever a história de vida promoveu uma reflexão acerca de si mesmo não só no presente, mas também no futuro?” Foram recolhidas diversas respostas que convergiram no mesmo sentido. De uma forma geral, todos os participantes neste estudo referiram este Processo como algo que lhes possibilitou despir algumas “camadas” que foram vestindo para sobreviver num contexto onde a sua identidade foi sendo mutilada. Neste sentido, a possibilidade de serem motivados a relembrarem-se de quem foram no passado, reavivou memórias de um Eu antigo, gerando a esperança de ainda ser possível resgatar esse Eu.

Segundo, Vieira (2009), as identidades estão constantemente em trânsito, desta forma, não seria justo questionar-lhes: quem és? De onde vens? Pois quem eram antes de

chegar ao local onde estão, decerto não mantêm as características de hoje. Assim, testemunhámos vários projetos de reconstrução de identidades presentes, reconstrução de identidades futuras, sempre ancoradas no passado.

O primeiro desafio colocado pela Mediadora a estes sujeitos é a redação de uma apresentação de si mesmo, a qual gera as primeiras dificuldades e dá a perceção real da forma como esta institucionalização gera uma rutura identitária. O principal indício é deduzirem que tudo o que deverão escrever diz respeito ao seu percurso enquanto reclusos, denunciando que houve uma cisão, uma interrupção que os conduziu a olharem-se apenas como “reclusos”.

Todos reconhecem a importância do Processo de RVCC como uma possibilidade de saírem da cadeia com mais escolaridade, mas o mais significativo das suas reflexões finais é um ganho paralelo, que na generalidade, todos referem e que se trata de uma recuperação e reconstrução de um projeto de vida futuro, o qual é possibilitado, quando numa relação com alguém externo ao “sistema”, o mediador, começam a sentir-se respeitados e valorizados, abordando a possibilidade de eles próprios se olharem de uma nova forma. É aqui que se inicia o Processo de transformação identitária que vai dando lugar à criação de projetos futuros onde os próprios sujeitos se vêem como alguém que tem direito a uma segunda oportunidade, direito a renascerem e a recuperarem o tempo perdido.

Durante os meses em que se encontraram neste Processo reflexivo de autoconhecimento, verificou-se um reforço da sua confiança e autoestima assim como um auto perdão.

Compreende-se que as histórias de vida não são só o passado, mas sim processos históricos, desafiando cada um a compreender a sua vida através da sua própria biografia, utilizando este método para a potencialização da sua (re)educação, (re)construção e transformação.

“A construção de identidade consiste em dar um significado consistente e coerente à própria existência, integrando as suas experiências passadas e presentes, como o fim de dar um sentido ao futuro. Trata-se de uma incessante definição de si próprio: o que/quem sou, quero fazer barra/ser, qual o meu papel no mundo e quais os meus projetos futuros, processo nem sempre pacífico e causador, por vezes, de muitas crises e angústias existenciais” (Vieira R. , 2009, p. 37).

Desta forma, o recluso Edgar mencionou: “*Sendo o mais honesto possível, vim de um bairro onde tive de entrar na vida do crime desde muito novo, perdi o que*

provavelmente seria a carreira da minha vida devido a uma moto, uma vez que entrei pela primeira vez em reclusão graças a esse furto. Quando para cá entrei via-me como alguém desprezível, que merecia estar privado da liberdade, não compreendia de que forma tinha chegado onde estava naquele momento, não compreendia como é que poderia tornar-me uma melhor pessoa com outros objetivos e potencializar o meu futuro para algo bom e sem a assombração do registo criminal. Ao escrever acerca da minha história de vida compreendi que, embora tenha escolhido, muitas vezes, os caminhos errados, a minha própria infância não foi das mais educacionais vividas, cresci a assistir a furtos, violência e tráfico. Cresci a ter de roubar para que eu e os meus irmãos conseguíssemos ter alguma coisa para comer, cresci com os piores exemplos à minha volta, o que não desculpa a pessoa que me tornei, no entanto, esta era a minha realidade e como se costuma dizer, quem anda com um coxo ao fim de 3 dias coxeia. Assim, a minha vida trouxe-me até esta dura realidade, compreendi que não sou quem era há uns anos atrás, que não sou o mesmo que era quando aqui cheguei e que depois de escrever sobre mim e sobre tudo o que eu passei, consegui perdoar-me alguns dos erros que cometi bem como, perdoar quem muitas vezes me levou até estes. Tomei consciência que a mudança pode ser feita todos os dias, que podemos melhorar e ser diferentes a cada dia que passa, que tenho potencialidade para ser quem quiser quando sair em liberdade e que, sem dúvida, a minha transformação é notória. Sei que quando sair para além de ter uma vida mais sossegada em termos do meu próprio pensamento, também tenho uma maior taxa de empregabilidade à minha espera, visto que, concluí o 12º ano de escolaridade.”

A confiança, o respeito e a honestidade entre o mediador e o sujeito investigado é fundamental para que se consiga uma partilha de vivências e experiências, sendo que entrar dentro da vida do outro nem sempre é fácil. Considero que os primeiros 2 meses são complicados no que respeita a esta partilha, mas a escuta empática e o colocarmo-nos no lugar do outro são da maior importância. Assim, urge a necessidade de perceber a opinião de cada um acerca desta “invasão” sentida aquando da entrada do mediador na sua vida. Muitos referem que no início não foi fácil, pois não me conheciam e de repente eu estava a solicitar que abordassem vários temas pessoais acerca dos quais não queriam falar. No entanto, ao longo do tempo, foram percebendo que nunca os forcei a abordar qualquer assunto e que a partilha tinha de ser natural, foi aumentando a confiança e algumas conversas foram surgindo espontaneamente, começou a existir partilha, sinceridade, apoio e confiança e com isso tornou-se mais fácil abordar acontecimentos traumáticos do passado. Segundo os testemunhos de alguns entrevistados sentirem-se

respeitados e ajudados, foi muito positivo, pois ao se sentirem dessa forma foi muito mais fácil ficarem recetivos à partilha e à aprendizagem. Um dos participantes refere: “a mediadora é como uma bússola, quando me perdia ou não queria assumir certas partes da minha história conseguia sempre colocar-me no rumo certo”.

O testemunho do Vasco, também é bastante elucidativo daquilo que este Processo representa nas pessoas que passaram por ele: *“fazer o RVCC escrever a minha história de vida foi lembrar coisas do passado fechar gavetas que estavam ainda abertas e às quais não quero voltar, olhando para a minha história de vida e compreendendo que sou muito novo ainda, se fosse hoje não teria feito metade das maldades que fiz, agora consigo pensar de forma diferente graças a este processo e às várias conversas e partilhas com a mediadora, é inevitável não dizer que com a reclusão mudamos muito, uns para melhor outros para pior eu decidi seguir o caminho correto e agora aguardo a minha liberdade para colocar em prática o ser humano que sou Hoje.”*

Outro testemunho que gostava de destacar: *“consegui terminar o processo de RVCC e a escrita da história da minha vida foi uma Esperança nova para mim, poder demonstrar a quem está lá fora e me ama que a vida muda, as pessoas transformam-se e podemos aprender sempre alguma coisa com nosso passado, consegui aproveitar estes meses da minha reclusão da melhor forma, consegui perdoar-me de algumas situações que tinha cometido e sobretudo consegui ter uma nova Visão da minha pessoa”*.

No final da entrevista, questionei-os acerca de que forma o PRA e o RVCC foram uma ajuda na preparação para a reintegração na sociedade e, de que forma teve um impacto positivo na capacidade de encontrar metas e objetivos para o futuro.

Para além de ter sido uma pergunta que os deixou a pensar foi também uma pergunta de partilha sobre os planos que cada um tem quando sair em liberdade, uns querem ser treinadores, outros querem abrir um negócio e ainda há quem não saiba bem o que quer mas uma coisa é certa, nenhum quer voltar para onde está. Algumas das opiniões passam por este processo ter sido uma mais-valia para dar continuidade ou uma vida mais leve e sem uma culpabilização tão grande por estarem onde estão e por terem errado na vida, refere declaradamente que foi um preparar para a reintegração na sociedade não só pela parte pessoal como também pela possibilidade de saírem do estabelecimento prisional com um maior nível de habilitações escolares, também vai ajudar a conseguir um emprego mais estável e a relacionarem-se com outras pessoas, pois foi um processo onde foi possível adquirir mais confiança em si e nas suas capacidades, foi um processo de conhecimento e autoconhecimento, foi uma redescoberta de cada um

e do outro, foram novas aprendizagens acerca do mundo lá fora, foram medos e vergonhas ultrapassados, foram aprendizagens constantes, foi confiar em novas pessoas e em nós próprios, foi aprender que podemos ser melhores todos os dias e que não devemos castigarmo-nos para sempre.

Para mim, como mediadora e investigadora, foi um processo emotivo e muito interessante, ouvir e ler histórias muito diferentes, mas com um denominador comum, que se tratava de todos terem cometido um crime. Terem a empatia e o respeito por cada um dos sujeitos desta investigação permitiu-me aceder a lugares mais profundos das suas vidas e com esta atitude senti que era uma “peça” importante no desbloqueio de preconceitos que cada um tinha em relação a si mesmo.

No questionário aplicado solicitei: que numa escala de 0 a 5, concordassem com a afirmação “O processo de RVCC irá contribuir para a minha reintegração na sociedade após a libertação da prisão?”

A resposta foi unânime, todos deram a máxima pontuação de 5, pois conseguiram ultrapassar os fantasmas que tinham dentro de si até ao momento e assim comprometerem-se a um futuro risonho na sua liberdade.

6. Conclusão

O Processo de RVCC já é aplicado há vários anos em diversos países e em Portugal desde 2006, sendo o principal objetivo destes Processos aumentar a qualificação da população. O Centro Protocolar da Justiça começou a oferecer esta oferta formativa, primeiramente, ao público civil e só posteriormente ao público prisional. Considerando as condições específicas do contexto prisional, nomeadamente a dificuldade no acesso a computadores com ligação a internet, o tempo limitado com os formadores e mediadores, etc. Realizar este Processo dentro de uma cadeia é um desafio para todos os envolvidos, outra dificuldade que surge neste público é o facto deste Processo estar associado a um relato autobiográfico, ou seja, obriga a que o sujeito olhe para dentro e reflita acerca do seu percurso de vida e das suas atitudes, comportamentos, etc. E aqui surge verdadeiramente a motivação que me levou a encetar este estudo.

Perceber de que forma este processo pode transformar alguém que está a viver uma situação de reclusão, de que forma esta introspeção pode conduzir a uma transformação identitária. De que forma o papel do mediador enquanto alguém que estabelece uma relação de igual para igual, uma relação de confiança e ajuda pode ter um papel relevante nesta transformação.

As diferentes histórias de vida dessas pessoas são moldadas por uma série de eventos importantes que as levaram até ao local onde se encontram. Inicialmente, partimos do pressuposto de que essa situação afeta a forma como elas se veem a si mesmas e a sua (re)construção identitária, devido à separação forçada das suas realidades.

Para entender melhor estes fenómenos, ouvimos as suas histórias na primeira pessoa, procurando compreender as suas experiências e sentimentos em relação à prisão e à tentativa de transformação. Além disso, procuramos identificar os desafios que enfrentam na prisão e de que forma estes os emancipam, ou não, a repensarem os seus projetos para o futuro.

Iniciámos examinando a vida de cada um dos entrevistados desde a sua infância até o presente momento, verificámos que, em geral, as pessoas que entrevistámos cresceram de famílias problemáticas, com laços familiares frágeis e pertencentes a classes sociais com poucos recursos e níveis educacionais baixos. São indivíduos que cresceram em famílias reestruturadas ou com apenas um progenitor, enfrentando falta de dinheiro, problemas relacionados com álcool e até casos de violência doméstica. Essas

adversidades levaram alguns deles a envolverem-se em atividades ilegais relacionadas ao consumo e tráfico de drogas e assaltos.

Observámos, também, trajetórias de vida que poderiam ser consideradas "normais", com apenas um registo criminal que os conduziu à atual situação de prisão, sem histórico prévio de crimes. Além disso, notámos que a maioria possui baixa escolaridade, muitas vezes, devido à decisão de abandonar a escola precocemente. Essa escolha de abandonar a escola muitas vezes foi motivada pelo desejo de sair de um ambiente familiar instável e procurar uma vida autónoma e independente.

Além disso, ao explorarmos mais profundamente as suas histórias de vida, percebemos que muitos deles enfrentaram dificuldades emocionais e sociais desde cedo. A falta de apoio familiar sólido e as condições adversas em que cresceram contribuíram para um sentimento de desamparo e isolamento. A procura por um sentido de pertença e a necessidade de suprir as suas próprias necessidades financeiras, muitas vezes, levaram alguns a envolver-se em atividades que os colocaram em conflito com a lei.

Ao analisar o percurso desses indivíduos, também identificámos casos em que a prisão não era uma inevitabilidade, mas sim o resultado de circunstâncias específicas que culminaram na sua situação atual. Essas situações, incluíram a falta de oportunidades de emprego estável, a pressão do grupo social em que estavam inseridos ou a ausência de redes de apoio que pudessem ajudá-los a superar os desafios que enfrentavam.

Portanto, ao estudarmos essas histórias de vida, torna-se claro que a caminhada de cada recluso é complexa e influenciada por uma interação de fatores sociais, familiares e pessoais. A prisão, muitas vezes, representa o ápice de um conjunto de circunstâncias desfavoráveis que moldaram as trajetórias desses indivíduos, impactando a forma como se vêem a si mesmos e como procuram (re)construir a sua identidade.

Ao mergulharmos mais profundamente na análise das histórias de vida destes indivíduos, é evidente que a experiência prisional exerce um impacto significativo sobre eles. A prisão, como ambiente isolado e restritivo, pode resultar numa série de efeitos psicológicos e emocionais. O afastamento forçado das suas redes de apoio, como a família e os amigos, bem como a adaptação a uma rotina rigorosa é muitas vezes desumano, podem contribuir para sentimentos de ansiedade e até depressão.

No entanto, também se torna claro que a prisão pode representar um ponto de viragem para alguns reclusos. Algumas histórias narram como a reclusão proporcionou a oportunidade de autorreflexão e a possibilidade de reconstruir as suas vidas. A participação em programas de educação, formação profissional ou a descoberta de

atividades criativas dentro da prisão, desempenham um papel crucial na transformação destes indivíduos. A escrita, ao longo deste processo por exemplo, emergiu como uma ferramenta terapêutica para muitos, permitindo-lhes dar sentido às suas experiências e expressar as suas emoções.

A (re)construção da identidade no contexto prisional é, portanto, um processo complexo e multifacetado. Os reclusos estão constantemente a lidar com o confronto entre o seu passado, as circunstâncias atuais e as suas aspirações futuras. Muitos deles enfrentam desafios adicionais ao tentar reintegrar-se na sociedade após a libertação, devido ao estigma associado à sua condição de ex-reclusos, verificando-se que este preconceito começa dentro de si mesmo.

A escrita das suas histórias, de vida dentro do contexto prisional, revelou-se uma ferramenta poderosa para os reclusos com quem lidei, permitindo-lhes explorar e dar sentido às suas experiências passadas, bem como refletir sobre as escolhas que os levaram à prisão. Ao confrontarem os seus próprios erros, traumas e desafios através da escrita, os reclusos puderam iniciar um processo de autodescoberta e autoaceitação.

A escrita oferece uma oportunidade única para estes darem voz às suas narrativas pessoais, muitas vezes silenciadas ou negligenciadas. Ao exteriorizarem os seus pensamentos e sentimentos através das palavras, começaram a compreender melhor as suas motivações, os padrões de comportamento que os conduziram a situações problemáticas e, crucialmente, a responsabilidade pelas suas ações.

Ao escreverem sobre as suas histórias, viu-se uma grande diferença no que toca ao desenvolvimento do sentido de empatia e compreensão em relação a si mesmos e aos outros. A exploração das circunstâncias que os levaram à prisão pode ajudá-los a ver-se não apenas como infratores, mas como indivíduos que enfrentaram adversidades significativas. Isso abriu caminho para o perdão pessoal e para a capacidade de perdoar os outros, incluindo aqueles que podem ter tido um papel na sua trajetória para a prisão.

A escrita de histórias de vida também desempenhou um papel fundamental na reintegração social e na construção de uma nova identidade após a libertação. Ao narrarem os seus processos de mudança, os reclusos puderam comunicar as transformações que ocorreram nas suas vidas durante o período de reclusão e de que forma vão colocar em prática esta transformação no seu futuro.

Desta forma, compreenderam que a prisão não é um ponto final, mas sim uma etapa num caminho contínuo de crescimento e mudança.

Conseguiu ver-se que para eles, a escrita de histórias de vida foi uma oportunidade profunda de autorreflexão, autorredenção e reconstrução da identidade. Ajudou-os a descobrir o poder da autorresponsabilidade, a encontrar significado nas suas experiências e a construir uma narrativa pessoal como uma base sólida para a sua reintegração na sociedade como indivíduos transformados e mais conscientes das suas escolhas.

A experiência de estar preso é considerada um momento significativo na vida das pessoas. Ao entrarem na prisão, trazem consigo uma imagem que têm de si mesmas e que os outros têm delas, o que tem um impacto profundo nos papéis sociais que costumavam desempenhar até então, tal como é mencionado várias vezes por Goffman (2019).

Este Processo de (re)construção identitária em contexto prisional foi desafiador e complexo. Alguns reclusos encontraram maneiras criativas de se adaptarem e desenvolverem novos papéis sociais, como se envolverem em programas de educação, trabalhos dentro da prisão ou atividades terapêuticas.

Considerando que foi muito importante para este estudo a relação criada entre o sujeito investigador e a mediadora, atuando como um elo facilitador da expressão com os reclusos, criando um espaço seguro e empático no qual eles se sentem à vontade para partilhar as suas experiências, emoções e pensamentos mais íntimos. Esse ambiente de confiança, fomentado pela mediadora estimulou os reclusos a abrirem-se de forma genuína e sincera, algo que foi destacado no Processo de cada um.

Através de questões pertinentes e estimulantes a mediadora teve o papel de incentivar uma exploração profunda e abrangente das motivações subjacentes às suas ações, escolhas e decisões passadas. Desta forma, contribui para uma análise crítica e enriquecedora das trajetórias individuais. A dimensão terapêutica deste Processo mencionado por cada um deles, também foi de relevância inquestionável.

Como mediadora, senti o dever de identificar e aproveitar muitas vezes alguns recursos internos e externos que muitos deles desconheciam ter, isso implicou auxiliar os reclusos a descobrir interesses, talentos e competências que podem ser desenvolvidos para criar um futuro mais promissor e gratificante.

Em suma, a utilização desta metodologia, revelou-se uma ferramenta crucial para os conduzir à resposta às questões levantadas por este estudo.

Ao longo deste percurso, os reclusos empenharam-se profundamente na tarefa de narrar as suas histórias pessoais, desde as suas origens até à sua atual situação de reclusão. Este processo de autoexploração e autoexpressão permitiu que os reclusos refletissem sobre as suas trajetórias de vida, compreendessem as escolhas que os levaram à prisão e

examinassem os papéis sociais que desempenhavam antes da reclusão. Através da escrita, eles conseguiram examinar as suas experiências, desafios e realizações de uma forma que raramente teriam a oportunidade de fazer.

Durante o Processo de construção das histórias de vida verificou-se uma (re)construção identitária profunda, a qual foi salientada como um dos aspetos mais enriquecedores e impactantes do Processo RVCC. Ao revisitar o seu passado, os reclusos conseguiram identificar as suas competências, capacidades, mas também os seus erros e com essa forma de ser tiveram a oportunidade de se reconciliarem com os seus erros, enfrentarem traumas passados e transformarem a perceção que tinham de si próprios.

Através deste Processo, muitos reclusos experimentaram uma maior compreensão, auto compaixão e uma aceitação mais profunda das suas dificuldades e erros. Este compromisso com a escrita de histórias de vida não foi apenas um exercício intelectual, mas também emocional e terapêutico. Ao envolverem-se neste processo, os reclusos assumiram a responsabilidade por explorar as suas vidas de maneira honesta e aberta. Esse empenho em enfrentar o seu passado e olhar para o futuro com um novo entendimento trouxe consigo uma sensação de realização e empoderamento.

Pudemos concluir que o resultado deste estudo, foi uma experiência que foi amplamente positiva para todos os envolvidos. A escrita de histórias de vida não apenas contribuiu para aumento da escolaridade destes reclusos, mas também promoveu uma mudança profunda e duradoura na maneira como os reclusos se vêem e se relacionam com o mundo ao seu redor. Este processo, assumido como um compromisso desde o início e levado até ao fim, é um testemunho do poder transformador da autoexploração, da autorreflexão e da narrativa pessoal na (re)construção da identidade dos indivíduos, independentemente, das circunstâncias em que se encontram.

Resta deixar alguma reflexão sobre o modo como decorreu esta investigação, para além da parte conceptual que assenta no papel do mediador na transformação dos recursos e no papel regenerador do processo RVCC contribuindo para a reconstrução identitária dos reclusos tenho a perfeita consciência de que, a dimensão empírica da investigação, designadamente o ponto relativo aos testemunhos não atingiu verdadeiramente aquilo na epistemologia se designa de histórias de vida, na verdade, quanto muito teremos aqui micro histórias de vida, micro apontamentos das histórias de vida dos reclusos ouvidos que nos dão o seu ponto de vista sobre a sua própria capacidade de autotransformação com a ajuda do educador social e/ou mediador.

Estudar reclusos denota-se uma tarefa complexa, não porque seja complicado interagir com os mesmos ou abordar certas temáticas, mas sim porque estes se encontram em instituições totais como refere (Goffman, 2019), que são fechadas e que demoram a abrir portas ao investigador e que nem sempre as abrem totalmente. Acabou por ser o que aconteceu a alguns estabelecimentos prisionais a que fiz pedido e que foi bastante moroso e até impossível de realizar pois o próprio sistema impediu-me de o fazer. Para além disto, tal como foi aprendido em Mediação, é necessário conquistar a confiança das pessoas para poder obter delas respostas sinceras e pontos de vista reflexivos, o que nem sempre foi possível pois as autorizações chegaram tardiamente e deste modo não consegui obter tantos resultados como o desejado, bem como, ganhar a confiança necessária para que os sujeitos em causa ganhassem confiança suficiente para poderem partilhar comigo tudo o que gostariam.

Finalmente, ainda assim creio que, com esta investigação, dei conta da potencialidade de um instrumento de escrita, registo e reflexão, o PRA, que, acompanhado de técnicas da mediação, são fundamentais para levar o recluso a reconstruir de forma empoderadora um projeto de vida futuro, o que significa refletir sobre o hoje, o amanhã e no que poderá ser feito para que aquando a liberdade integrar a vida social sem preconceitos e não regressar de novo ao Estabelecimento Prisional.

Bibliografia

- Boutinet, J.-P. (1990). *Antropologia do Projeto*. Instituto Piaget.
- Faria, S., & Vieira, R. (2016). Epistemologia e Metodologia em Mediação e Ciências Sociais. Em R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, C. Margarido, & (orgs), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. (pp. 105-124). Edições Afrontamento.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do EU na Vida de Todos os Dias*. Edições Relógio D'Água.
- Goffman, E. (2019). Em *Manicômios, Prisões e Conventos*. Edições Perspectiva.
- Granja, R. P. (2018). *Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Edições Afrontamento.
- Jares, X. (s.d.). *Pedagogia da Convivência*. Profedições.
- Josso, M.-C. (2009). A interculturalidade em questão ou como o trabalho biográfico baseado em relatos de formação de si pode contribuir para um conhecimento intercultural recíproco e propor uma concepção alargada da interculturalidade. Em E. Lechner, & (Org.), *Histórias de vida: Olhares Interdisciplinares* (pp. 31-53). Edições Afrontamento.
- Knowles, M. (1980). *The modern practice of adult education: From Pedagogy to Andragogy*. Cambridge: Adult Education.
- Lechner, E., & (Org.). (2010). *Histórias de Vida - Olhares Indisciplinadas*. Edições Afrontamento.
- Martins, M. J., & Casasnovas, J. (2014). Histórias de vida e reclusos e reinserção social . *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 553-563. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13971/1/Hist%20de%20vidas%20de%20reclusos%20e%20reinsere%20a%20social.pdf>
- Matias, C., & Vieira, R. (2018). Vidas de Rua: A mediação na (re)construção de projetos de vida. Em R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, C. Margarido, &

(Orgs.), *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária: Estar dentro e estar fora para mediar e intervir* (pp. 25-43). Edições Afrontamento.

Pontes, O. (2015). PIR: Plano Individual de Readaptação: Um instrumento para a reinserção social- Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte .

Rocha, J. L. (2005). *Entre a Reclusão e a Liberdade (Estudos Penitenciários) Vol. I*. Livraria Almedina.

Torremorell, M. C. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora.

Vieira, A., & Vieira, R. (2016). Mediações Socioculturais: conceitos e contextos. Em R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, C. Margarido, & (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-56). Edições Afrontamento.

Vieira, R. (2009). Em *Identidades Pessoais - Interações, Campos de Possibilidade e Metamorfoses Culturais*. Edições Colibri.

Vieira, R. (2009). Histórias de vida e interculturalidade: projetos e metamorfoses da identidade. Em E. Lechner, & (Org.), *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares* (pp. 55-78). Edições Afrontamento.

Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A., Margarido, C., & (Orgs.). (2016). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Edições Afrontamento.

ANEXOS

1- Declaração de Consentimento



Declaração de Consentimento

Eu, _____, portador do documento de identificação _____, declaro ter sido informado dos objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada "Histórias de vida de reclusos: O Portefólio Reflexivo de Aprendizagem como compromisso e instrumento de transformação e (re)construção de identidade." e concordo em participar voluntariamente do estudo.

Comprometo-me a fornecer informações **verídicas e sinceras** sobre minha experiência pessoal com o processo RVCC e o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens.

Compreendo que **todas as informações** fornecidas serão tratadas de forma estritamente **confidencial e anônima**. O anonimato será assegurado por meio da codificação dos dados e pela utilização apenas de informações gerais e não identificáveis em quaisquer publicações ou divulgações.

Autorizo o uso dos **dados coletados para fins acadêmicos e científicos**, incluindo a inclusão dos resultados da pesquisa em relatórios, artigos científicos, apresentações, ou qualquer outra forma de disseminação científica.

Reconheço que a **pesquisa visa aprimorar o entendimento sobre o processo RVCC e o impacto do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens na vida dos reclusos**, e que os resultados **podem contribuir para a promoção de práticas educativas mais efetivas**.

Estou ciente de que qualquer informação divulgada por mim durante o processo de pesquisa não violará os direitos de terceiros ou conterá qualquer conteúdo ilegal ou difamatório.

Concordo que, ao assinar este termo de aceitação, renuncio a qualquer forma de compensação ou recompensa financeira por minha participação na pesquisa.

Declaro, por fim, que li e compreendi completamente este termo de aceitação antes de assiná-lo.

Local: Estabelecimento Prisional de Elvas

Data: 07 de junho de 2023

Assinatura do participante: _____

2- Inquérito de Participação



Histórias de vida de Reclusos: O Portefólio Reflexivo de Aprendizagem como compromisso e instrumento de transformação e (re)construção de identidade.

Caro participante, em primeiro lugar, agradeço a colaboração neste estudo. O presente inquérito faz parte de uma pesquisa de mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, cujo objetivo é investigar de que forma o Processo RVCC voltado para a escrita de história de vida por meio do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, foi colocado em prática e transformador no seu futuro.

O objetivo deste inquérito é analisar as percepções e opiniões dos participantes sobre o tema em questão. As respostas obtidas serão confidenciais e anónimas, e os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins académicos. A sua participação neste estudo é voluntária e a sua colaboração será de extrema importância para o sucesso desta pesquisa.

1. É detentor do Plano Individual de Readaptação? Na sua opinião tem potencialidade e transformou de alguma forma o seu percurso no Estabelecimento Prisional?

2. Qual a motivação que o levou a ingressar no Processo de RVCC e de que forma este foi encarado como um compromisso durante a sua reclusão?



3. Como descreve a importância do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, exemplificando com uma história ou experiência específica em que o PRA e o processo RVCC foram especialmente significativos para si?

4. De que forma lhe trouxe o processo RVCC, na escrita do seu Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, uma nova construção da sua identidade e o transformou para a sua vida em liberdade?

5. De que forma a Mediadora foi/é uma mais-valia para o desenvolvimento da escrita de história de vida?



6. De que forma o PRA e o processo RVCC o ajudaram a refletir sobre o seu percurso de vida e as decisões que o levaram à situação atual?

7. De que maneira o PRA e o processo RVCC o ajudaram a preparar-se para a reintegração na sociedade e que impacto positivo teve na capacidade de estabelecer metas e objetivos para o futuro?

8. Numa escala de 0 a 5, quanto concorda com a afirmação: "O processo de RVCC irá contribuir para a minha reintegração na sociedade após a libertação da prisão"?